

2017 RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.



 **MAPFRE** | SEGUROS

A MAPFRE comprometeu-se a ser uma empresa de destaque no domínio da sustentabilidade ambiental, encontrando-se entre as organizações com melhor desempenho mundial na mitigação e adaptação às alterações climáticas. Em 2017, pelo sexto ano consecutivo, a companhia alcançou a classificação máxima do Pacto Global das Nações Unidas, posicionando-se como uma empresa que incorpora as melhores práticas de direitos humanos e conservação ambiental. Também a organização CDP – Driving Sustainable Economies condecorou a MAPFRE como uma das empresas líderes contra as mudanças climáticas e a redução das emissões na atmosfera, incluindo-a na Climate A-List.

Em Portugal, a MAPFRE desenvolve com os seus colaboradores diversas ações de prevenção, conservação da natureza e da biodiversidade, poupança e eficiência energética.



United Nations
Global Compact



**Um trabalho contínuo que
comprova o empenho em dar
resposta ao desafio global
das alterações climáticas.**

Índice

1. Órgãos Sociais	4
2. Relatório de Gestão	6
3. Contas Anuais 2017	28
4. Notas às Demonstrações Financeiras	36
5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	131





1.

Órgãos Sociais

A MAPFRE foi reconhecida como uma das empresas líderes a nível global pelas suas medidas e estratégias de gestão de temas ambientais

O aperfeiçoamento do desempenho da Companhia como prestador de serviço é um fator fundamental e imprescindível para conseguir combater as mudanças climáticas.

Conselho de Administração (2017 | 2020)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Vogais

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva (também Secretário)

Mesa da Assembleia Geral (2017 | 2020)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Conselho Fiscal (2015 | 2017)

Presidente

José Vieira Bernardo

Vogais

Pedro Manuel Travassos de Carvalho

Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos

Suplente

José Emílio Cordeiro Fernandes

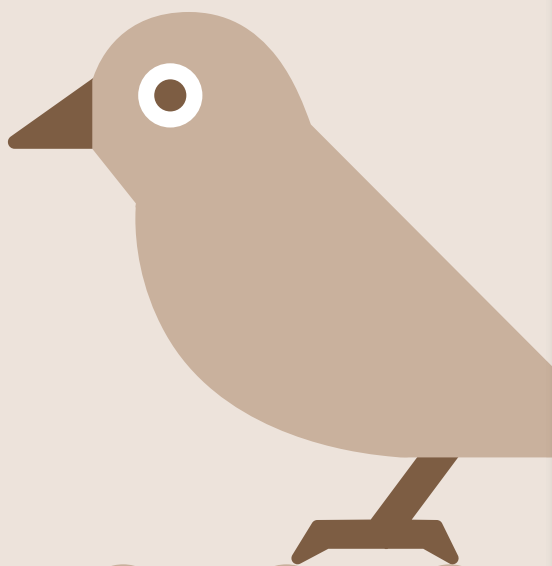
Sociedade Revisora Oficial de Contas (2015 | 2017)

**KPMG & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**, representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado





2.

Relatório de Gestão

A MAPFRE foi condecorada pela sua atuação em relação às mudanças climáticas

Encontra-se entre as 14 companhias espanholas que fazem parte da lista de empresas líderes pela sua estratégia, gestão transparente e iniciativas em resposta às mudanças climáticas.

1. A Economia

A economia mundial terá apresentado em 2017 uma evolução bastante positiva, acelerando a taxa de crescimento para 3,6% face aos 3,1% do ano precedente, tendência esta que se começou a fazer notar ainda no segundo semestre de 2016 e se reforçou ao longo do primeiro semestre de 2017, impulsionada por um contexto favorável dos mercados financeiros e de recuperação das economias avançadas.

Isso mesmo é avançado pelo Fundo Monetário Internacional no seu *World Economic Outlook*, publicado no mês de outubro, o qual aponta como razão principal para essa evolução o comportamento acima do esperado das economias da Área Euro, do Japão, da Rússia e dos países emergentes Europeus e Asiáticos, nomeadamente da Turquia e da China onde o crescimento se manteve forte, facto que permitiu mais do que compensar uma revisão em baixa do crescimento nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

No entanto, apesar do referido clima de crescimento e do otimismo generalizado vivido pelos mercados financeiros, demonstrado pelos ganhos continuados no segmento de ações, verificou-se um comportamento menos consistente dos preços das *commodities* e da taxa de inflação, indicadores que se mantiveram generalizadamente baixos.

No caso das *commodities*, destaca-se o preço do petróleo que sofreu o efeito de uma oferta superior à que se antecipava, com o conseqüente impacto negativo nos ganhos derivados das exportações dos países produtores. Disso beneficiaram os países consumidores, entre eles Portugal, que assim viram minorada a sua fatura energética.

Por sua vez, a persistência da taxa de inflação num nível reduzido parece radicar, por um lado, no crescimento salarial ainda moderado nas economias avançadas, derivado do ajustamento em curso na taxa de desemprego e, por outro lado, na diminuição das desvalorizações, ou até mesmo em alguns casos de valorizações, das moedas das economias emergentes em relação ao dólar.

No que respeita concretamente à economia portuguesa, importa destacar um crescimento significativo do PIB, apontando a generalidade das projeções para uma percentagem em torno de 2,6%, no final do ano 2017, em comparação com 1,2% no ano anterior.

De acordo com os indicadores disponíveis, esta evolução baseou-se no incremento da procura privada, especialmente significativo no caso do investimento, cuja taxa de crescimento esperada, segundo as previsões do Banco de Portugal, é de 8,3% face a 1,6% no ano 2016.

Em termos sazonais, o crescimento do PIB foi mais forte no primeiro semestre, mesmo acima do que se verificou na Área Euro, tendo ocorrido no terceiro trimestre uma pequena desaceleração, período em que se situou sensivelmente ao mesmo nível daquela Área. Desta forma, no conjunto dos três primeiros trimestres, observou-se um diferencial positivo, interrompendo um longo período de divergência que se prolongava desde o ano 2000, com uma exceção episódica no ano 2009.

A *performance* menos robusta do terceiro trimestre resultou de abrandamentos nos crescimentos das exportações e do investimento, que não chegaram a ser compensados pelo incremento verificado no consumo privado, o qual foi impulsionado pela aquisição de bens duradouros, nomeadamente automóveis, cujas vendas no segmento de ligeiros de passageiros aumentaram 7,7% até novembro face ao mesmo período de ano anterior.

Este fortalecimento do consumo privado parece ter decorrido da conjugação favorável de vários fatores: aumento do rendimento disponível, manutenção de condições favoráveis ao financiamento e melhoria do mercado de trabalho.

Com efeito, as taxas de juro mantiveram-se em níveis historicamente baixos, sendo negativas nos prazos mais curtos (-0,3% a Euribor a 3 meses), beneficiando da política acomodatória do Banco Central Europeu, entidade que manteve o programa de estímulos implementado há alguns anos.

No que concerne ao mercado de trabalho, a melhoria consubstanciou-se numa descida da taxa de desemprego, que se deverá ter reduzido para 8,9%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal, começando a aproximar-se do nível habitualmente considerado como de pleno emprego.

Ainda que esta descida da taxa de desemprego tenha sido uma notícia bastante positiva, deve reconhecer-se que foi, por outro lado, a razão principal para que o crescimento do PIB não se tenha refletido ainda no desejado aumento da produtividade, a qual tem vindo a cair ao longo dos últimos anos, tendência esta que urge inverter.

Fruto da melhoria da atividade económica, o *deficit* das contas públicas continuou a trajetória descendente, devendo terminar em torno de

A economia mundial terá apresentado em 2017 uma evolução bastante positiva, acelerando a taxa de crescimento para 3,6% face aos 3,1% do ano precedente, tendência esta que se começou a fazer notar ainda no segundo semestre de 2016 e se reforçou ao longo do primeiro semestre de 2017.

1,2% do PIB, o que representa uma descida de praticamente 1 ponto percentual em relação aos 2,1% do ano anterior, percentagem que já se tinha constituído como a mais baixa da história da democracia portuguesa.

A *performance* do ano 2016 permitiu a saída de Portugal do procedimento por *deficit* excessivo no âmbito da União Europeia, facto que, em conjunto com a evolução favorável dos restantes indicadores económicos, levou as agências Standard & Poors e Fitch a subir o nível de *rating* da dívida pública, juntando-se assim à DBRS na classificação de *investment grade*, o que permitiu alargar o leque de potenciais investidores, facto que teve imediata repercussão no recuo das taxas de juro associadas, situando a taxa de referência de emissões a 10 anos abaixo de 2%, nível que passou a ser mesmo inferior ao da dívida Italiana.

Em função dos comentários anteriores, parece não haver dúvida que tanto a economia mundial como a portuguesa, em particular, entraram num ciclo positivo, deixando definitivamente para trás o período de recessão pelo qual passaram, sendo nesse sentido que se apresentam as previsões dos diversos organismos nacionais e internacionais para os próximos anos.

Com efeito, tal como indica o Banco de Portugal no Boletim Económico de dezembro de 2017, espera-se que a atividade económica mundial mantenha o ciclo de dinamismo atual, o qual, embora com um ligeiro abrandamento no seu ritmo, deverá continuar a ser caracterizado por um perfil de crescimento robusto.

Indicadores da economia mundial	2016	2017	2018	2019
PIB (% crescimento)	3,0	3,5	3,7	3,6
Comércio (% crescimento)	1,5	5,0	4,7	4,3
Cotação Petróleo (US Dólares)	44,0	54,3	61,6	58,9

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2017)

Beneficiando dessa evolução positiva prevista, especialmente na Área Euro, onde se situam os principais parceiros comerciais, a economia portuguesa deverá continuar a evidenciar um crescimento, de forma que, no final daquele horizonte temporal, o PIB deverá situar-se 4% acima do valor que apresentava antes do início da crise.

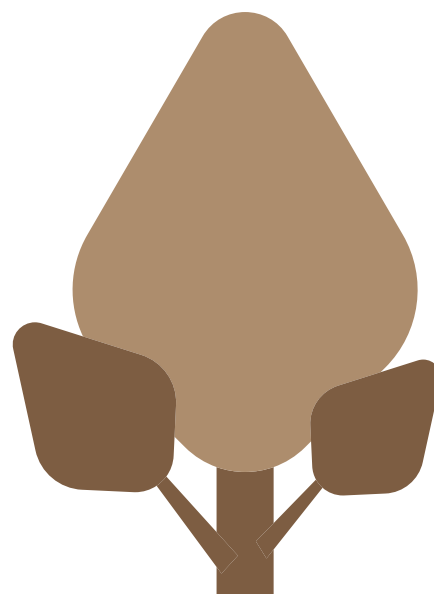
Tal crescimento deverá manter uma estrutura não muito diferente da atual, em que o consumo privado, o investimento e as exportações assumem o papel de catalisadores, enquanto o consumo público continuará a ter um incremento contido face à necessidade de evidenciar um saneamento das contas públicas, com a conseqüente redução do peso da dívida pública em relação ao PIB, de forma a não colocar em causa a posição de Portugal ante os investidores e a União Europeia.

O crescimento previsto do PIB deverá provocar um impacto positivo no mercado de trabalho através da criação de emprego, prevendo-se, por isso, que a taxa de desemprego mantenha a trajetória descendente dos últimos anos.

Indicadores económicos de Portugal	%						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	(1,5)	0,9	1,6	1,5	2,6	2,3	1,9
Consumo Privado	(2,0)	2,2	2,6	2,1	2,2	2,1	1,8
Consumo Público	(1,5)	(0,5)	0,8	0,6	0,1	0,6	0,4
Investimento	(8,4)	2,2	4,5	1,6	8,3	6,1	5,9
Exportações	5,9	2,6	6,1	4,1	7,7	6,5	5,0
Importações	2,7	6,3	8,2	4,1	7,5	6,7	5,5
Taxa de Desemprego	17,4	13,1	12,4	11,1	8,9	7,8	6,7
Índice Preços Consumidor	0,5	(0,1)	0,5	0,6	1,6	1,5	1,4
Deficit Contas Publicas	5,5	4,8	4,4	2,1	1,4	1,0	n.d.
Taxa Juro Curto Prazo	0,389	0,169	0,000	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,100)

Dados em percentagem – Dados de 2017, 2018 e 2019 são estimativas

Fontes: Deficit Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2017)



2. O Mercado Segurador

2.1. Produção

Conforme se pode inferir dos dados provisórios disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o ano 2017 fica marcado pelo regresso dos prémios emitidos ao crescimento, por via do bom comportamento tanto do segmento de Vida como do Não Vida. No primeiro caso, assinala-se a inversão da tendência de decréscimo nos dois anos anteriores e no segundo destaca-se até um reforço do crescimento já registado nesse mesmo período.

Esta *performance* permitiu uma evolução favorável dos indicadores de penetração do setor segurador na economia, com o prémio *per capita* a subir 6,6% para os 1.127 euros e o peso dos prémios no PIB a atingir 6,2%, um crescimento de 0,3 pontos percentuais, em ambos os casos interrompendo a dinâmica de descida iniciada há dois anos, embora ainda longe dos níveis pré-crise do início da década.

No gráfico 2, é bem visível a evolução favorável das vendas da área de Vida (prémios de seguro e entregas para apólices classificadas contabilisticamente como contratos de investimento). Após um decréscimo sucessivo e acentuado nos dois anos anteriores, apresentou um crescimento de 6,2% em 2017, alcançando um volume algo superior a 7 mil milhões de euros.

Continuando a deter-nos na área de Vida, uma análise mais detalhada da tipologia de produtos (gráfico 3) revela que o crescimento foi conseguido através da retoma das vendas dos PPR e dos produtos ligados a fundos de investimento. Com efeito, enquanto os PPR parece continuarem a merecer a preferência dos portugueses como veículo de poupança de longo prazo, os produtos ligados a fundos de investimento têm vindo a assumir um peso crescente na oferta disponibilizada pelas seguradoras devido, por um lado, ao entorno de baixas taxas de juro que torna pouco atrativos os produtos com rentabilidade garantida e, por outro, porque são menos exigentes em termos de consumo de capital no âmbito do regime Solvência II.

Centrando agora a análise do lado de Não Vida, podemos afirmar que o reforço do crescimento foi suportado por todos os ramos mais representativos do segmento.

À cabeça, aparece o ramo de Acidentes de Trabalho com um incremento de 13%, superior aos 12,2% do ano anterior, dando assim continuidade à tendência iniciada há três anos. Além do contributo positivo da retoma da economia, estamos em crer que este novo crescimento continua associado a um movimento de correção tarifária pois a situação do ramo era de tal forma deficitária que a recuperação dos últimos dois anos se tinha revelado ainda insuficiente.

O segundo maior crescimento coube ao ramo de Doença, com 8,3%. Ainda que ligeiramente inferior à percentagem do ano anterior, esta boa *performance* deriva não só do crescimento do prémio médio mas também do número de pessoas seguras, de acordo com a informação adicional da APS, o que continua a revelar a crescente procura por este ramo, cuja representatividade dentro da área Não Vida atinge já os 16,7%, acima de ramos como Acidentes de Trabalho e Multiriscos, sendo apenas superado pelo ramo Automóvel.

O ramo Automóvel apresentou um crescimento de 5,4%, após ter incrementado 1,5% e 3,9% nos anos de 2015 e 2016, respetivamente. Trata-se, sem dúvida, de um ótimo resultado, até porque, mais uma vez de acordo com a informação adicional proporcionada pela APS, terá sido consequência do aumento do prémio médio, dado que o número de veículos seguros se manteve sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior.

Os ramos de Multiriscos completam o bom comportamento geral em Não Vida, ao apresentarem um crescimento de 2,8%, mas se descermos ao detalhe encontramos um panorama ainda mais favorável, com um crescimento de 3,6% em Habitação e 3,7% em Comércio.



Gráfico 1 | Penetração do setor segurador na economia

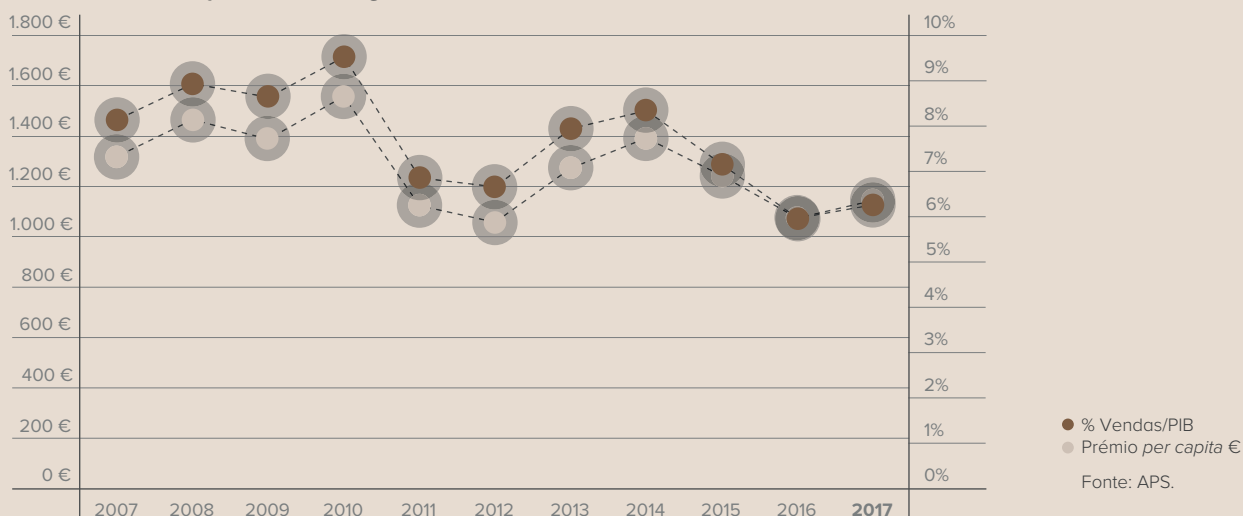
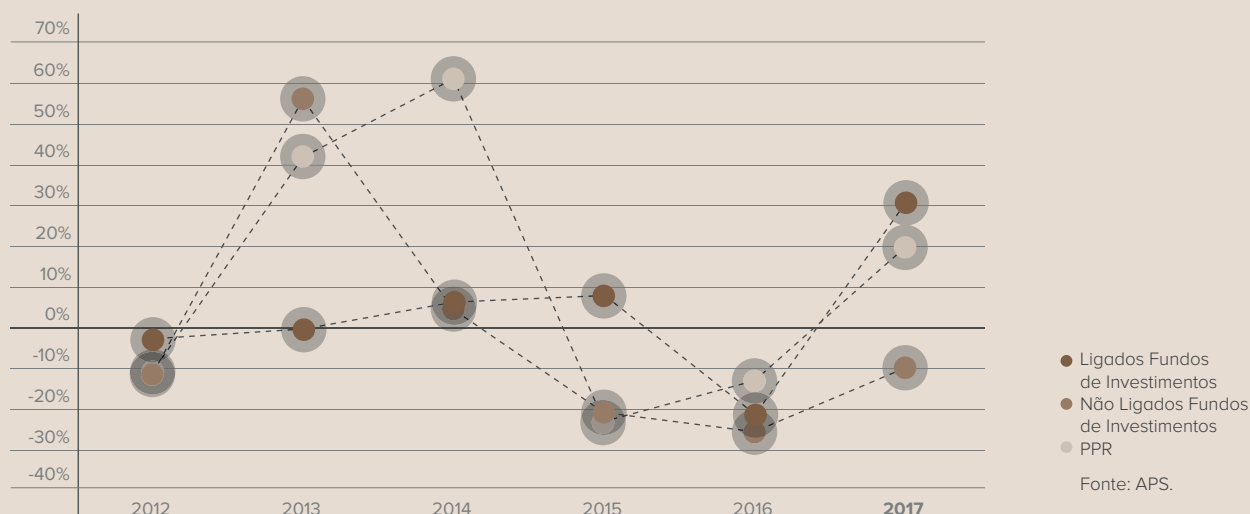


Gráfico 2 | Taxa crescimento nominal vendas



Gráfico 3 | Taxa crescimento ramo Vida



2.2. Sinistros

Em termos de sinistralidade, o ano 2017 ficou inexoravelmente marcado pelos incêndios florestais de junho e outubro, que ceifaram mais de 100 vidas humanas e provocaram enormes prejuízos de índole patrimonial, tornando-se naquele que foi unanimemente considerado o maior sinistro a que as seguradoras tiveram que fazer frente na sua história, ascendendo a estimativa de custos a um valor superior a 200 milhões de euros.

Beneficiando da proteção conferida pelos tratados de resseguro, as seguradoras acabaram por conseguir mitigar parte daqueles custos. Não obstante, o efeito líquido foi bastante significativo, conforme se torna evidente no gráfico 5, no qual se observa que a taxa de sinistralidade dos ramos Multirriscos teve um incremento de praticamente 25 pontos percentuais em relação ao ano anterior, ascendendo a 73,2%.

No que respeita aos restantes ramos, assinala-se a descida da taxa de sinistralidade de Acidentes de Trabalho que, após a inflexão em alta verificada no ano anterior, voltou em 2017 a uma tendência de correção, certamente por via das medidas de reequilíbrio do ramo tomadas pela generalidade das seguradoras, seguindo as recomendações do supervisor. Não obstante, a taxa de 89,1% com que encerrou o exercício, indica que o caminho ainda não está totalmente percorrido e que serão aconselháveis novos ajustamentos ao longo do ano 2018.

Por sua vez, o ramo Automóvel registou também uma boa evolução, de cerca de 2 pontos percentuais, descendo para os 63,8% dos prémios emitidos. Esta melhoria resultou de um incremento dos custos com sinistros inferior ao dos prémios, sendo que este, como já se aludiu no ponto 2.1., foi consequência de um aumento do prémio médio.

Gráfico 4 | Taxa crescimento ramos Não Vida

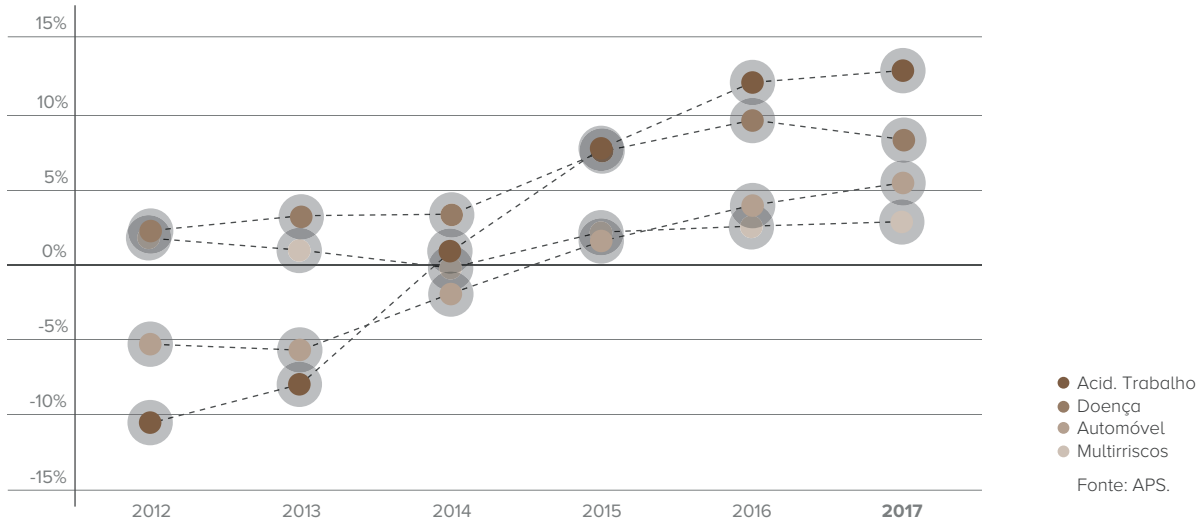
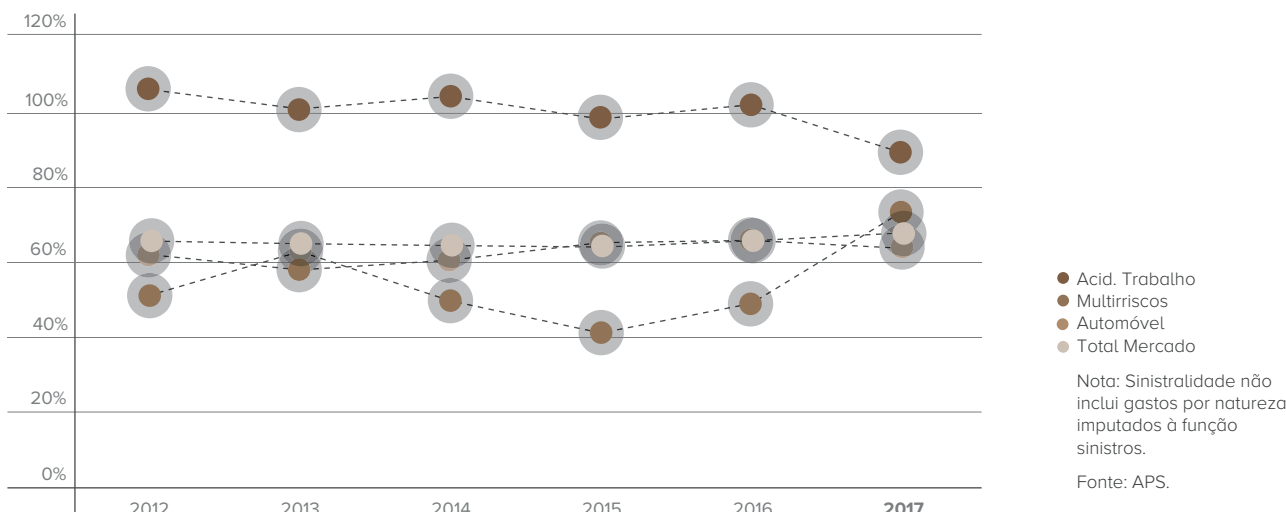


Gráfico 5 | Taxa sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



A evolução favorável da sinistralidade destes dois ramos, que representam conjuntamente mais de metade do volume de prémios do segmento Não Vida, permitiu atenuar o efeito de agravamento nos Multiriscos, limitando o incremento da sinistralidade global a 2,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, acabando por situar-se nos 67,6%.

Finalmente, gostaríamos de deixar uma referência à evolução da taxa de sinistralidade associada aos produtos de Vida Risco Puro que ficou em 28,9% dos prémios emitidos, apresentando, assim, uma ligeira subida, após anos consecutivos de descidas. Pese embora o facto de se tratar de um aumento, estamos perante um nível de sinistralidade muito interessante que demonstra a rentabilidade destes produtos.

2.3. Fluxo Técnico do Ramo Vida

Na medida em que, em termos de volume de negócio, a parte mais significativa do segmento Vida respeita a produtos de poupança, justifica-se uma abordagem à evolução do indicador de fluxo técnico que corresponde ao saldo entre os prémios arrecadados (incluindo entregas para contratos classificados contabilisticamente como passivos financeiros) e os pagamentos por resgates, vencimentos e mortes.

Fruto da recuperação do volume de vendas, aludido no ponto 2.1. e da evolução moderada dos resgates, desincentivados pelo contexto de baixas taxas de juro, o fluxo técnico teve uma evolução favorável, especialmente nos 2.º e 4.º trimestres, levando à obtenção de um saldo positivo, na globalidade do ano, da ordem dos 666 milhões de euros.

Gráfico 6 | Taxa de sinistralidade Vida Risco Puro (s/ prémios emitidos)

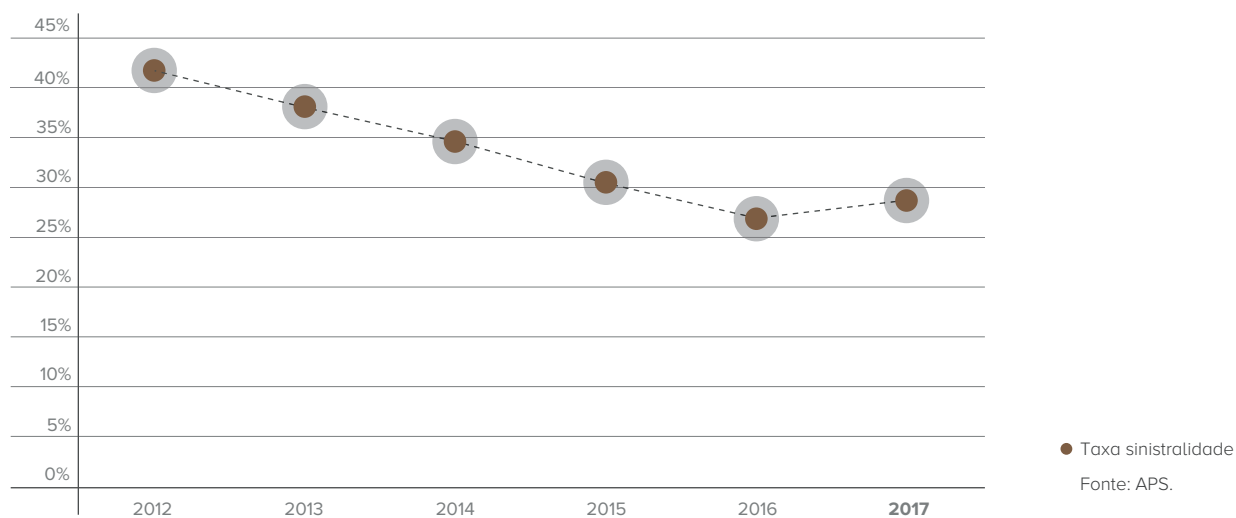
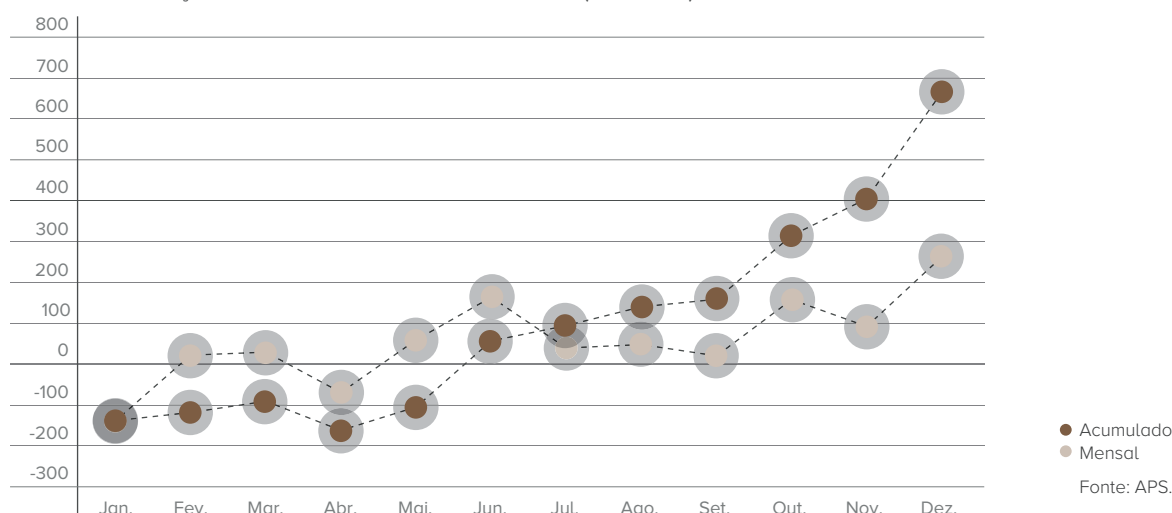


Gráfico 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2017 (milhões €)



Contudo, este bom comportamento apenas permitiu atenuar o saldo acumulado nos últimos anos, o qual continua a ser bastante negativo. Com efeito, como é visível no gráfico 8, no período de 2012 a 2017, a atividade seguradora perdeu praticamente 6 mil milhões de euros de valores sob gestão, facto que não pode deixar de afetar a sua rentabilidade.

2.4. Resultados e Balanço

Os dados provisórios e extrapolados a partir de uma amostra de 92,5% das companhias, disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores, apontam para um resultado em torno dos 373 milhões de euros, cifra que significa um incremento de praticamente 291 milhões de euros, correspondente a 355%, em comparação com o ano anterior.

Como tem sido habitual ao longo dos anos, o maior contributo para este resultado provém do segmento Vida, cuja conta técnica alcançou os 425 milhões de euros (um crescimento de quase 300 milhões em relação ao ano anterior), mas não se pode deixar de destacar uma evolução muito positiva em Não Vida que chegou aos 93 milhões de euros e inverteu os resultados negativos dos anos anteriores.

Importa contudo notar que este logro assenta quase exclusivamente na melhoria da componente financeira da conta técnica, derivada da evolução favorável dos mercados financeiros. Aliás, não será por mero acaso que o ramo onde se observa uma melhoria mais expressiva seja o de Vida, o qual, pelo peso dos produtos de poupança cobertos por ativos financeiros, está mais exposto às flutuações dos mercados.

No caso concreto de Não Vida, merece referência o efeito dos incêndios florestais ocorridos em junho e outubro, o qual, ainda que mitigado pelas

recuperações derivadas dos tratados de resseguro, levou a que o resultado técnico do ramo de Incêndio tenha sido negativo em cerca de 14 milhões de euros, contrastando com os quase 50 milhões de euros positivos no ano anterior.

Quanto ao balanço, os mesmos dados provisórios refletem o efeito positivo da boa *performance* dos mercados financeiros, com o ativo a apresentar um crescimento de quase 2.800 milhões de euros (mais 5,3%) em relação a dezembro de 2016, que se repartiu num incremento aproximado de 2.200 milhões de euros nos passivos (provisões técnicas e passivos financeiros) e cerca de 600 milhões nos capitais próprios que assim se reforçaram em cerca de 12% quando comparados com o fecho do ano 2016.

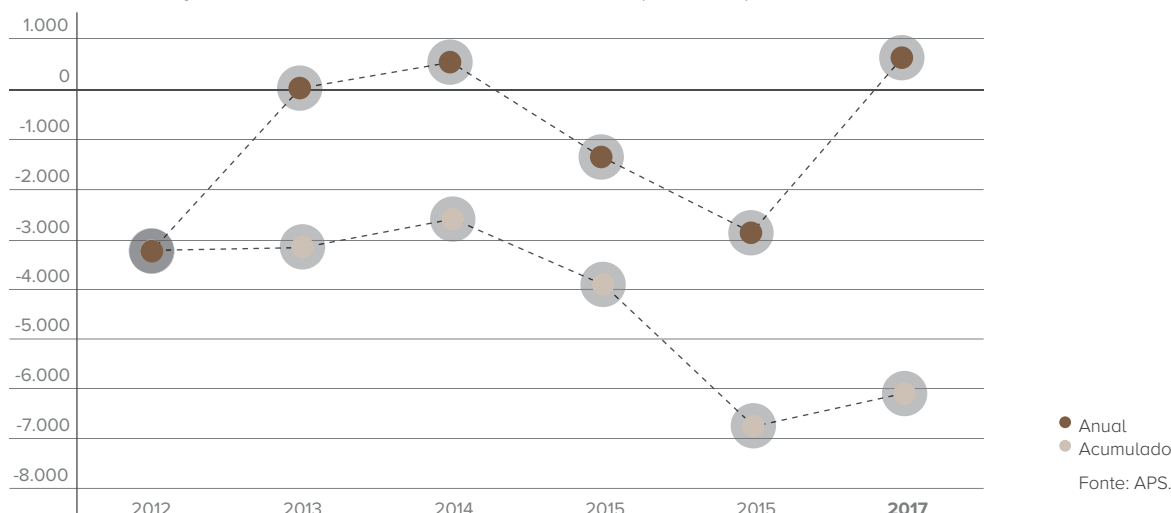
2.5. Solvência

A evolução favorável dos mercados financeiros, nomeadamente a diminuição do *spread* associado à dívida pública portuguesa, que tem uma forte presença no balanço das seguradoras em Portugal, é, desde logo, indício de um reforço dos níveis de solvência, na medida em que acarreta um aumento do ativo.

Além disso, a reorientação do portefólio de produtos de poupança oferecidos pelas seguradoras a que fizemos referência no ponto 2.1., traduz-se também num consumo de capital relativamente menor.

Desta forma, não surpreende que o último relatório do supervisor (ASF), referente ao 3.º trimestre, revele um aumento da taxa de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) para 192% e do requisito de capital mínimo (MCR) para 572%, correspondendo a mais 37 e 144 pontos percentuais, respetivamente, face ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 8 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2017 (milhões €)



3. A MAPFRE

3.1. Estrutura de Capital

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é de 21.000.000 euros constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

3.2. Modelo de Governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- **Conselho de Administração** – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente.
- **Conselho Fiscal** – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- **Revisor Oficial de Contas** – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade; e
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.



3.3. Política de Remuneração dos Órgãos de Administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Ética e Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.



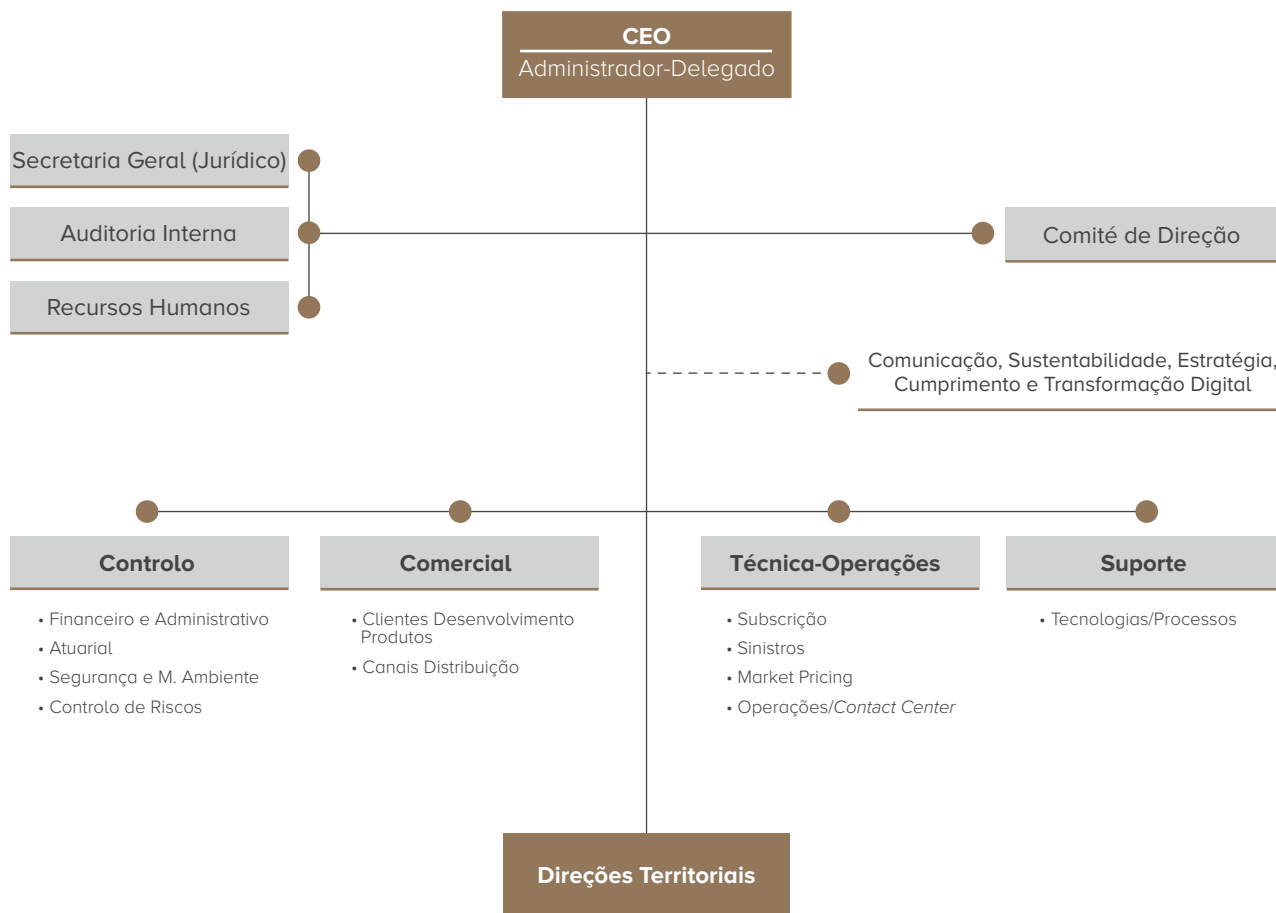
Em 2017, a MAPFRE procedeu a uma modificação da estrutura organizativa e estabeleceu uma nova estratégia de desenvolvimento de negócio.



3.4. Estratégia e Organização

Em simultâneo com a incorporação do novo CEO, no início do ano, estabeleceu-se uma estratégia de desenvolvimento de negócio assente de forma bastante vincada no fortalecimento da rede de distribuição própria, bem como numa estrutura de carteira mais rentável e que implique um consumo moderado de capital, na qual se enquadram os produtos de risco puro e *Unit-Linked*.

Para garantir a sua adequada implementação, procedeu-se a uma modificação da estrutura organizativa, que passou a obedecer ao organograma seguinte:



Na nova estrutura organizativa destacam-se alguns aspetos:

- Uma simplificação geral com a diminuição das Direções de primeiro nível;
- O agrupamento em quatro grandes blocos das Áreas mais diretamente ligadas ao desenvolvimento do negócio – Controlo, Comercial, Técnica/Operações e Suporte – com o objetivo simultâneo de simplificar e introduzir maior consistência na atividade;
- A aposta por um modelo dual da atividade comercial, que consiste na existência de um polo focado no desenvolvimento dos canais, através das Direções de Canais de Distribuição, e outro na exploração desse desenvolvimento, no terreno, através das Direções Territoriais;
- A adequação à dimensão da companhia, mediante a junção de algumas atividades complementares – Comunicação, Sustentabilidade, Estratégia, Cumprimento e Transformação Digital – num grupo de *staff* do CEO.

A estrutura é comum à MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. que explora os ramos Não Vida e à MAPFRE – Seguros de Vida, SA que opera os ramos Vida e é integralmente detida por aquela.

Esta opção foi mantida no ano 2017 uma vez que tem vindo a revelar-se adequada ao longo dos últimos anos, na medida em que potencia diversas sinergias, nomeadamente no que concerne à estrutura de gastos e à satisfação integral das necessidades dos clientes.

3.5. Aspetos Qualitativos da Atividade

O aspeto mais relevante diz respeito ao investimento no desenvolvimento da rede de distribuição através da implementação de dois programas:

- **Programa APM** (Agentes Profissionais MAPFRE), o qual consiste na captação, formação e lançamento de novos agentes que, após alguns anos de atividade apoiada nas lojas diretas, deverão avançar para a abertura de uma loja franchisada, denominada Loja Delegada e representar a MAPFRE por todo o território nacional.

- **Programa APE** (Agentes Profissionais Específicos MAPFRE), também baseado na captação, formação e lançamento de novos agentes, com a particularidade destes se especializarem na distribuição de produtos do segmento de Vida, que desenvolverão a sua atividade apoiados em lojas diretas, também elas especializadas em Vida, atentas as especificidades desta área de negócio.

Apesar de apenas terem começado a implementar-se sensivelmente a meio do ano, estes programas apresentam já resultados visíveis, quer se efetue a avaliação através do volume de prémios aportados como através do número de agentes que contribuem para essas vendas, constituindo-se num sinal encorajador para a sua continuidade.

Ainda do lado da rede de distribuição, merece também menção a aposta no desenvolvimento de acordos e parcerias com canais alternativos, como é o caso da *bancassurance*, no sentido de marcar presença e acompanhar a evolução deste tipo de canais emergentes.

Mas a atividade comercial não se resumiu ao investimento na rede de distribuição. Também a Área de Clientes começou a trabalhar em novos modelos de segmentação, lançando as bases para a implementação de um modelo relacional, com o qual se pretende, por um lado, direcionar a oferta de forma mais adequada às necessidades dos clientes e, por outro, garantir um tratamento diferenciado em consonância com o valor aportado.

No que concerne à Área Técnica, em coerência com o referido anteriormente, a sua atuação orientou-se segundo duas vertentes: por um lado, procurando criar as melhores condições de competitividade dos produtos de risco, no sentido de aumentar o volume de vendas destes; por outro, construindo produtos de poupança do tipo *Unit-Linked* que substituíram os tradicionais de capital e taxa garantida, de forma a ultrapassar o constrangimento do entorno de baixas taxas de juro e, ao mesmo tempo, implicar um consumo moderado de capital.

Do ponto de vista da eficiência e da qualidade de serviço prestada aos clientes, importa também fazer uma referência à reformulação do processo de tramitação de recibos, abrangendo todo o ciclo de vida inerente, desde a sua geração até à cobrança ou anulação. Este projeto, da responsabilidade da Área Financeira, mas com uma componente tecnológica muito significativa, que, pela sua complexidade e transversalidade, foi sendo adiado ao longo dos anos, pôde finalmente ser implementado no ano 2017. Destacam-se três aspetos essenciais neste projeto: uma flexibilidade de gestão bastante maior, permitindo incorporar determinadas particularidades relativas ao tipo de cliente e de mediador; um incremento de robustez e consistência do processo com o conseqüente reforço da qualidade; e uma nova imagem dos formulários dos avisos/recibos, mais moderna e inteligível para os clientes.

A Área de Tecnologias continuou a desempenhar um papel fundamental no suporte à atividade, com destaque para o desenvolvimento de projetos, alguns deles correspondentes a novas soluções de negócio e outros com o objetivo de melhorar a eficiência. No planeamento do ano estavam previstos 46 projetos mas, uma vez que se decidiu cancelar 7 deles, foram efetivamente lançados 39, dos quais 29 se concluíram no próprio ano, encontrando-se 10 ainda em desenvolvimento. Em paralelo ao desenvolvimento de projetos, procedeu-se à manutenção evolutiva das diversas aplicações em operação, de forma a mantê-las adequadas às necessidades atuais e implementaram-se uma série de melhorias na segurança ao nível do *software* e do *hardware* como forma de mitigar os crescentes riscos cibernéticos.

Em termos de *Compliance*, procedeu-se a uma revisão geral das Políticas de Solvência II e à autoavaliação do cumprimento das mesmas, em paralelo com o seguimento dos planos de ação estabelecidos na sequência das autoavaliações do ano anterior.

Quanto à Gestão de Risco e Controlo Interno, desenvolveu-se uma vasta atividade, decorrente da importância assumida por esta temática, não só por via do regime Solvência II mas também por razões ligadas às boas práticas de gestão. De entre as ações levadas a cabo por esta área, gostaríamos de destacar a elaboração das projeções de capitais económicos e perfil de risco, o relatório ORSA, o desenvolvimento de estudos da carga de capital associada a novos produtos e a elaboração e envio ao supervisor dos reportes quantitativos e qualitativos de Solvência II. A monitorização do risco operacional e a participação na revisão das políticas de Solvência II, em estreita colaboração com o *Compliance*, foram outras ações complementares que também se realizaram por parte desta área.

Um ano mais, contamos com o contributo da Unidade de Auditoria Interna que, de forma totalmente independente das restantes áreas, levou a cabo o seu plano de atuação, composto pela realização de 18 auditorias. Destas auditorias, resultou a formulação de um total de 100 recomendações que foram objeto de um plano de ação assumido por cada uma das áreas implicadas, tendo 19 dessas recomendações sido classificadas como grau alto e 81 como grau médio. Uma atualização do estado das recomendações formuladas ao longo dos anos revela um grau de implementação efetiva de 85%.

A atividade foi assegurada por um quadro de colaboradores qualificados, constituído ao fecho do ano por 63 pessoas, mais 3 em relação ao ano anterior.

A distribuição dos colaboradores por género revela um índice razoavelmente equilibrado, sendo de 54% a percentagem de homens e 46% a de mulheres. Os indicadores de idade e antiguidade médias situam-se em 45 e 14 anos, respetivamente, níveis estes que evidenciam um bom equilíbrio entre juventude e experiência.

Ao longo do ano, foram proporcionadas 1.441 horas de formação (13% das quais em regime de *e-learning*), uma média de 23 horas por colaborador, em linha com o ano anterior.

Ainda no domínio da gestão de Recursos Humanos e em particular na capacitação das pessoas, importa mencionar o lançamento do projeto corporativo “MAPFRE Global Talent Network”, através do qual se identificaram os colaboradores que, reunindo as competências pessoais e estratégicas julgadas adequadas, participarão ao longo dos próximos dois anos num projeto formativo de enriquecimento pessoal e profissional e, nessa medida, terão um papel relevante no desenvolvimento da empresa.

Na vertente da responsabilidade social, de entre outras iniciativas de menor dimensão, cabe deixar uma referência particular a três delas: a realização da atividade da Caravana de Educação Rodoviária que, ao longo dos anos, se transformou num evento clássico que vem consolidando a sua utilidade na formação e sensibilização das crianças em idade escolar para esta temática; a participação na recolha de alimentos sob a égide do Banco Alimentar contra a Fome; e a doação de presentes de Natal às crianças que habitam as casas da Associação Novo Futuro, a qual teve uma forte adesão por parte dos colaboradores.

3.6. Informação Quantitativa

3.6.1. Vendas

Antes de passar a uma análise mais detalhada das vendas, cabe deixar uma referência ao facto da mesma se efetuar segundo uma filosofia de desenvolvimento da atividade comercial da companhia, pelo que, em alguns segmentos de negócio, os valores apresentados não coincidem exatamente com os de reporte ao supervisor, uma vez que estes respeitam critérios de índole técnica que podem ser distintos.

O total de vendas, constituído pelos prémios emitidos de contratos de seguro e por entregas para apólices contabilisticamente consideradas

contratos de investimento, atingiu os 45,47 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 0,6% em relação ao ano anterior.

Embora o crescimento global tenha sido apenas marginal, convém deixar uma referência mais específica por tipo de produto, através da qual se poderá concluir que o desempenho ao nível das vendas foi bastante satisfatório.

Desde logo, queremos destacar o ótimo crescimento dos prémios de risco puro, que ascendeu a 12,9%, uma percentagem bastante superior à do mercado e que é consequência da implementação de ações concretas de desenvolvimento do negócio neste segmento, em coerência com as linhas estratégicas definidas de apostar pelo crescimento em segmentos rentáveis. Assim, este segmento aumentou, pelo terceiro ano consecutivo, a sua representatividade na estrutura de vendas, alcançando praticamente os 14%.

Por outro lado, os produtos do tipo Universal Life apresentaram também um crescimento, no caso de 5,6%, sendo algo que apraz registar na medida em que são igualmente produtos com uma boa rentabilidade implícita.

Por sua vez, o segmento de Capitalização, onde se incluem os produtos de tipo *Unit-Linked*, definidos estrategicamente como preferenciais como forma de combater a falta de competitividade dos produtos de capital e rendimento garantidos face ao entorno de baixas taxas de juro, registou um incremento de 4,4%, com um volume de entregas de praticamente 20 milhões de euros.

Os PPR, tradicionalmente explorados pela MAPFRE na modalidade de rendimento e capital garantido e, portanto, menos atrativos na conjuntura atual, observaram um decréscimo de cerca de 13%.

Finalmente, uma referência ao volume de vendas de Rendas Vitalícias que atingiu 5,66 milhões de euros, uma cifra muito similar à do ano anterior e dentro do valor estabelecido à partida pela companhia no âmbito da sua definição de apetite ao risco.

Gráfico 9 | Taxa crescimento vendas Vida

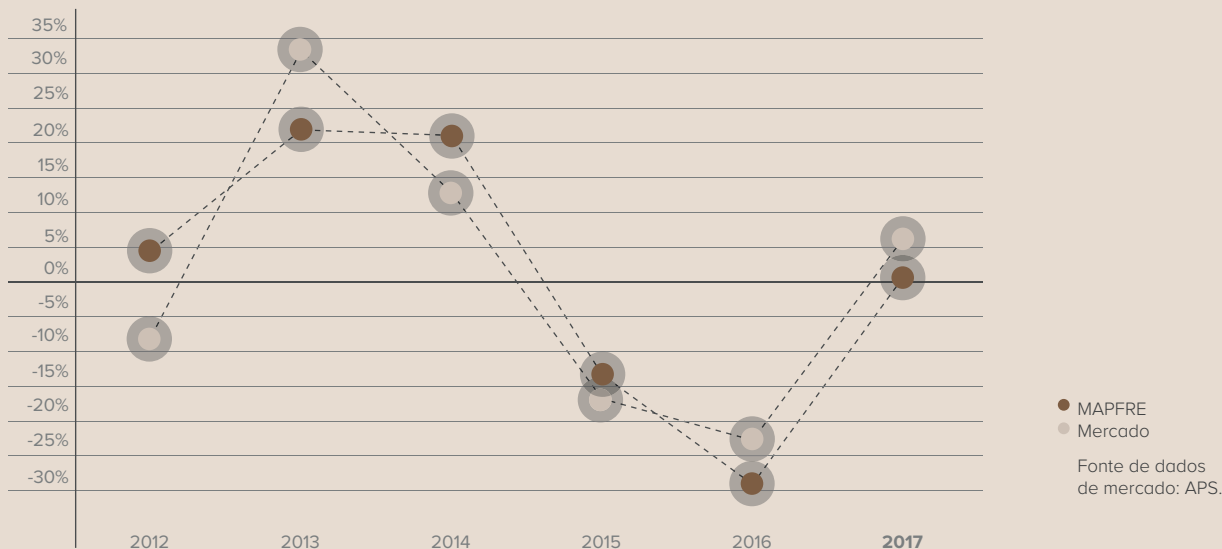
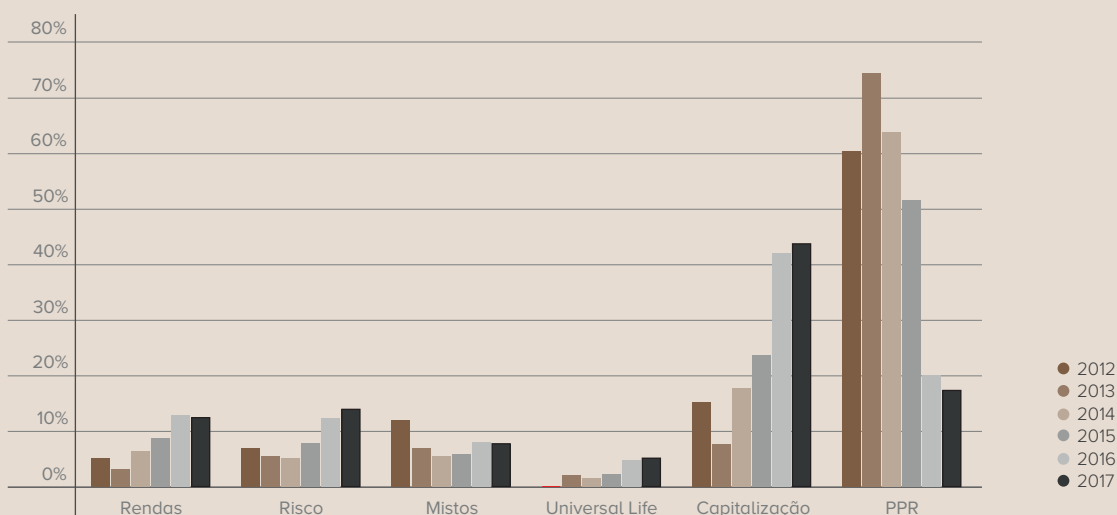


Gráfico 10 | Estrutura de vendas Vida MAPFRE



Ao longo do ano, foram proporcionadas 1.441 horas de formação (13% das quais em regime de *e-learning*), uma média de 23 horas por colaborador, em linha com o ano anterior.

3.6.2. Sinistralidade de Risco

Pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de sinistralidade líquida de resseguro associada aos produtos de risco puro apresenta uma descida, situando-se agora em 21,3%, mais de 7 pontos percentuais abaixo do mercado.

Ainda que o crescimento dos prémios emitidos, aludido no ponto anterior, tenha dado o seu contributo para esta performance, importa destacar que o custo com sinistros foi, uma vez mais, inferior ao ano anterior, evidenciando um bom equilíbrio da carteira.

3.6.3. Resgates e Vencimentos

O valor total de resgates e vencimentos manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior, registando apenas um aumento marginal. Tal aumento deveu-se exclusivamente ao maior volume de vencimentos, decorrentes da estrutura da carteira, uma vez que o valor dos resgates teve mesmo um decréscimo, por via do desincentivo provocado pelo entorno de baixas taxas de juro, amplamente aludido, mantendo assim o baixo nível que tem sido a característica dos últimos três anos.

3.6.4. Fluxo Técnico

O fluxo técnico atingiu os 10,12 milhões de euros, cifra muito semelhante à do ano 2016.

Esta evolução acaba por ser a consequência natural de um volume de vendas também praticamente ao mesmo nível do ano anterior e da compensação quase total do volume algo superior dos vencimentos por uma descida dos resgates, tal como comentado no ponto 3.6.3..

Desde o ano 2012 que se têm alcançado fluxos técnicos anuais positivos, o que permitiu que neste período de 6 anos se tenha verificado um incremento superior a 110 milhões de euros que foi decisivo para o aumento do balanço da companhia.

A carteira de ativos valorizou-se, ascendendo atualmente as mais-valias potenciais líquidas de impostos a um montante de 15,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 4,6 milhões face a 2016.



Gráfico 11 | Taxa sinistralidade líquida resseguro – MAPFRE

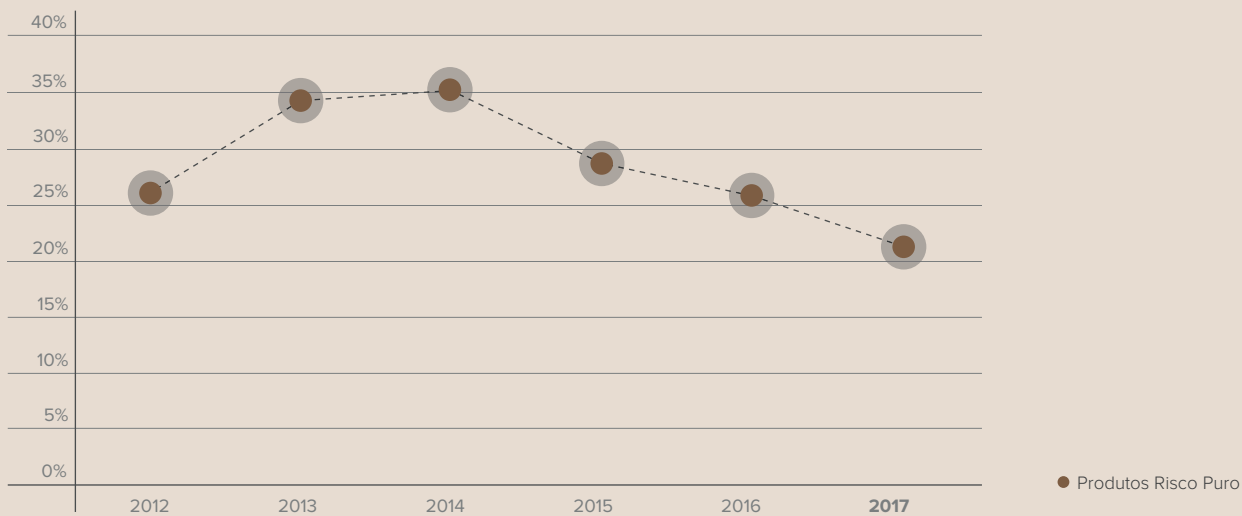


Gráfico 12 | Resgates e vencimentos MAPFRE (milhões de €)

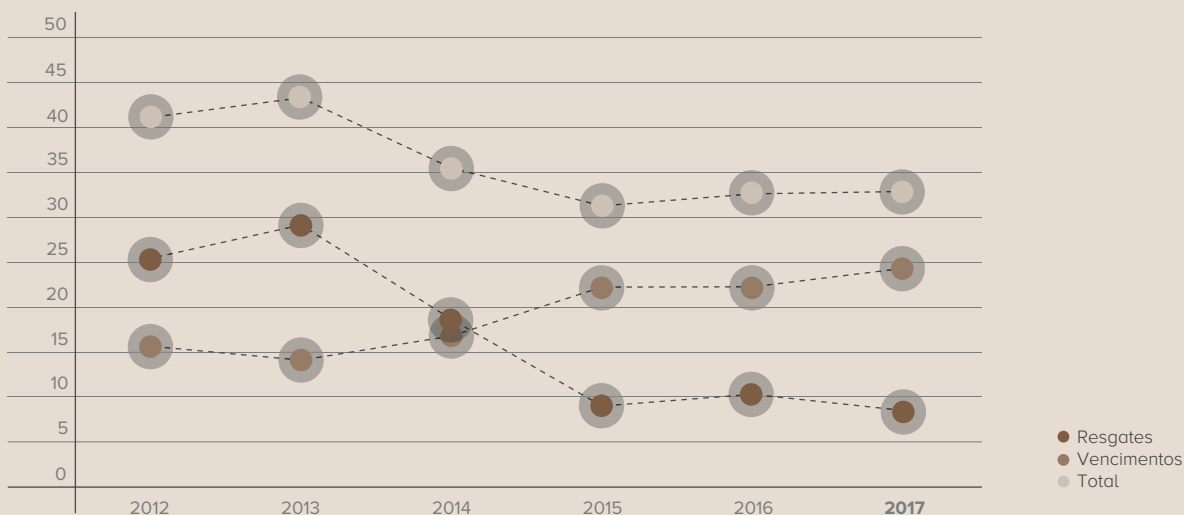
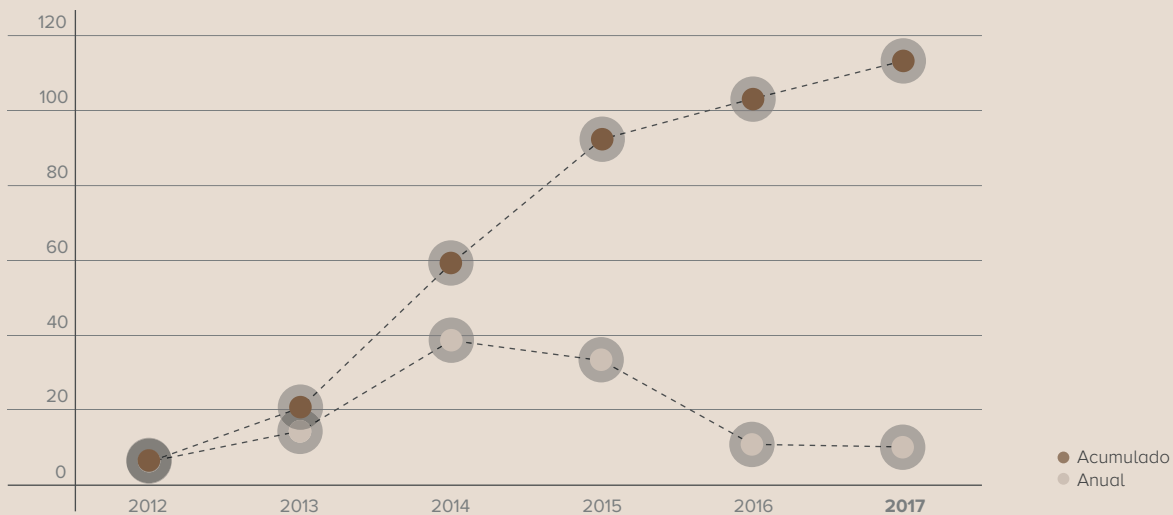


Gráfico 13 | Fluxo técnico do ramo Vida MAPFRE 2012-2017 (milhões €)



3.6.5. Investimentos e Rendimentos Financeiros

Um ano mais sem que se tenha verificado uma alteração substancial na estrutura da carteira de investimentos, tendo por base valores de aquisição na data da compra, a qual se continuou a caracterizar por uma filosofia de prudência.

Com efeito, registou-se apenas um pequeno incremento nos valores das classes de depósitos à ordem e ações, mantendo-se praticamente idêntico o valor dos títulos de rendimento fixo que, assim, asseguraram uma representatividade superior a 90% como sempre tem acontecido.

No que concerne à rentabilidade, não podia de deixar de se fazer sentir a pressão em baixa derivada do amplamente comentado entorno prolongado de baixas taxas de juro que tem afetado

a economia. Ainda assim, uma vez que a carteira é constituída por maioritariamente ativos de médio/ longo prazo, a oscilação foi marginal, acabando por se alcançar uma taxa de rentabilidade corrente de 3,44% que compara com 3,57% no ano anterior.

Por outro lado, procedeu-se à realização de mais-valias, num montante de 1,25 milhões de euros (1,04 milhões no ano anterior), que garantiram a obtenção de uma rentabilidade total de 3,9%, também muito similar à do ano anterior.

Em função do bom momento dos mercados financeiros, a carteira de ativos valorizou-se, ascendendo atualmente as mais-valias potenciais líquidas de impostos a um montante de 15,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 4,6 milhões face a 2016.

Gráfico 14 | Estrutura carteira investimentos médios Vida

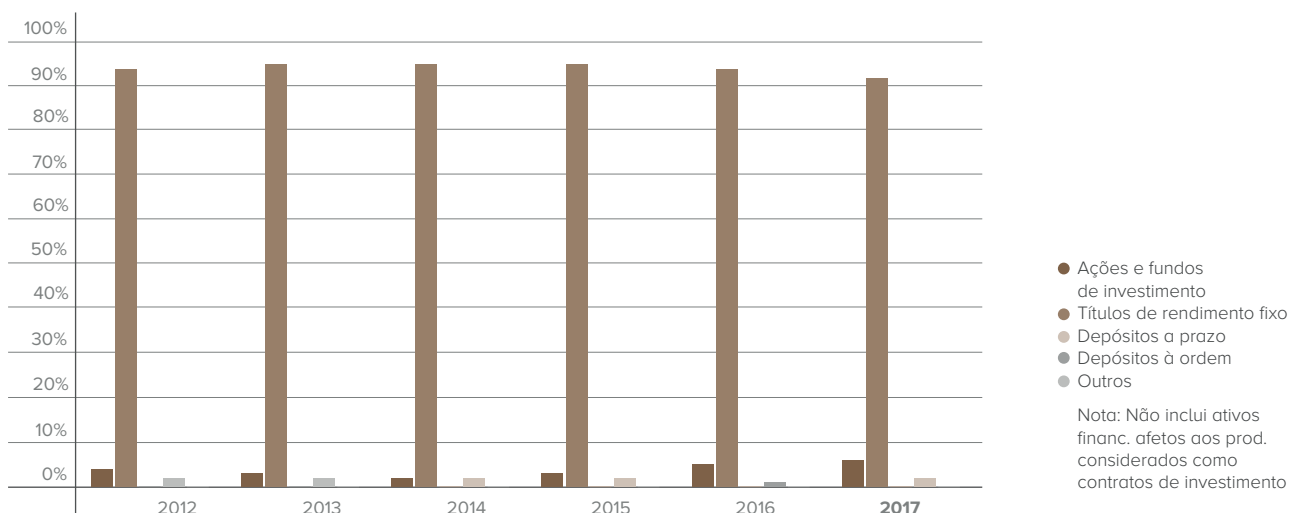
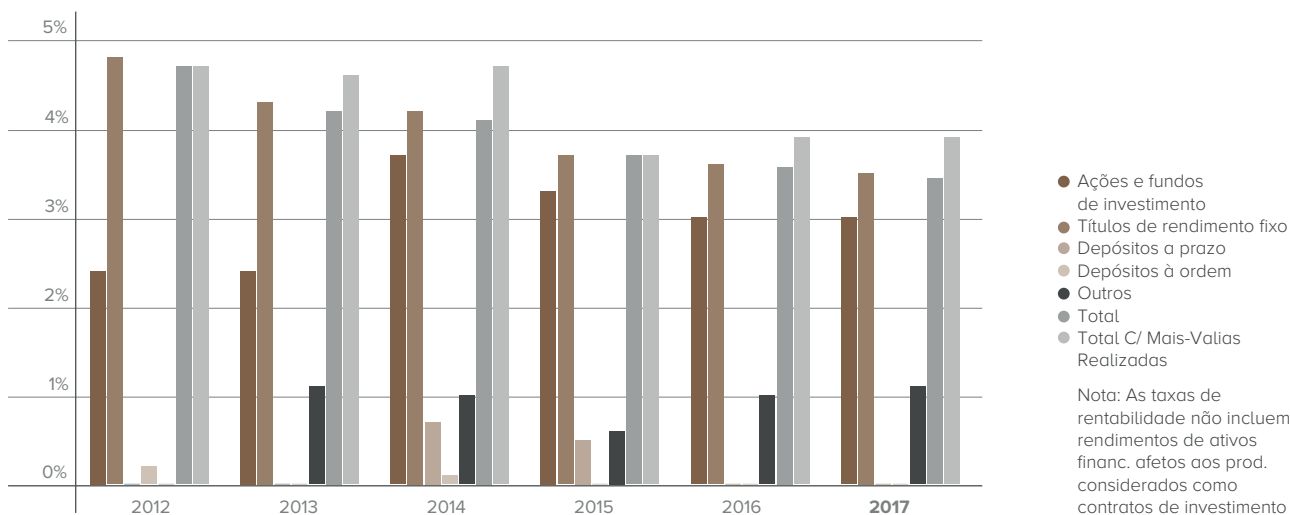


Gráfico 15 | Rentabilidade carteira investimentos Vida



3.6.6. Balanço e Resultados

O ativo atingiu os 358,33 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de quase 23 milhões, variação esta que teve duas contrapartidas:

- Aumento de 16,6 milhões de euros no passivo, especialmente do conjunto das provisões técnicas e dos passivos financeiros, derivado do incremento do negócio, em coerência com o aumento do fluxo técnico descrito anteriormente;
- Aumento de 6,3 milhões de euros no capital próprio associado à valorização dos ativos financeiros que se refletiu num incremento das reservas de reavaliação.

Importa destacar que esta evolução positiva do balanço da companhia não é episódica, na medida em que este tem vindo a aumentar ao longo dos anos, cifrando-se esse incremento em 176 milhões de euros, quase 100%, quando comparado com o ano 2010 que foi o primeiro exercício económico de operação normal após a sua constituição.

Por sua vez, o resultado líquido do exercício, apesar de conter um gasto extraordinário com rescisões de contratos de trabalho no âmbito de um processo de racionalização de recursos comum à área de não vida, registou uma evolução bastante favorável, alcançando 1,66 milhões de euros, o que representa um incremento de 50% em relação ao ano anterior.

Este desempenho surge como corolário lógico da aposta no desenvolvimento dos ramos de risco puro e do retorno associado ao aludido crescimento continuado do volume do balanço.

3.6.7. Solvência

O já confortável rácio de cobertura de Solvência existente viu-se reforçado no ano 2017, alcançando 280%.

Se, por um lado, se verificou um aumento do requisito de capital, derivado de um pequeno aumento da exposição a títulos de rendimento variável e do risco de concentração face a um emissor específico, por outro, esse aumento foi compensado por um superior incremento do capital disponível, associado à valorização dos ativos, relacionada com o bom momento dos mercados financeiros.

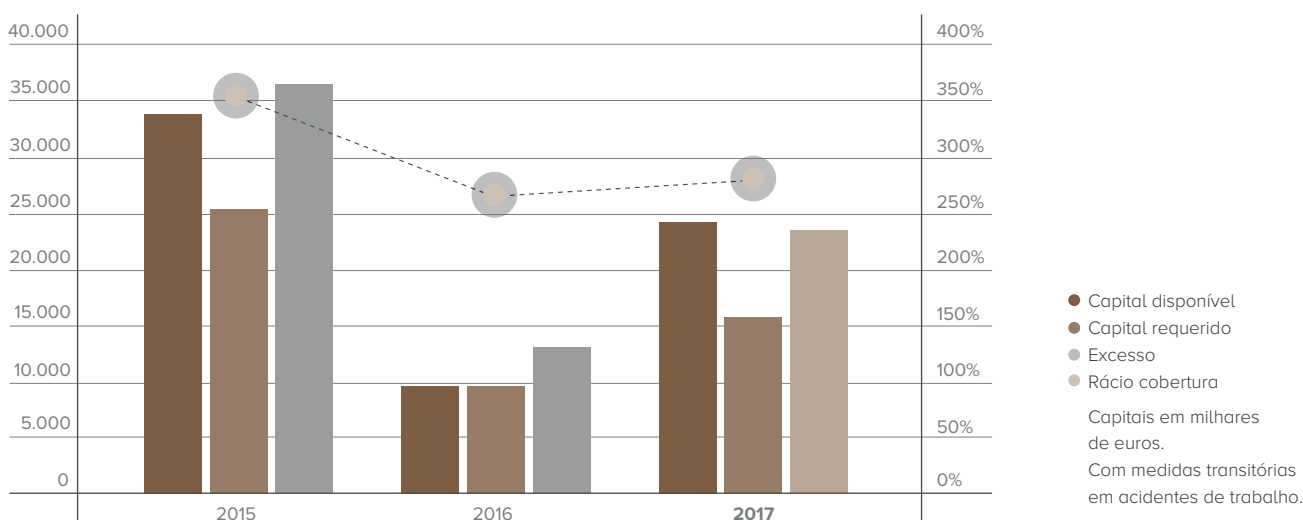
3.6.8. Gestão de Riscos

Desde a entrada em vigor do regime Solvência II, a Companhia dispõe de um conjunto de indicadores através do qual efetua uma monitorização regular da exposição aos diversos riscos.

Os resultados desses indicadores constam do quadro apresentado à frente, no qual se verifica a existência de três contrapartes fora da zona verde (duas na zona amarela e uma na zona vermelha).

Um dos casos corresponde a um título que suporta um produto cujo risco é suportado pelos tomadores e portanto está minimizado do ponto de vista da companhia, tendo a assunção do risco inerente sido aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos definidos na política de gestão de riscos. Outro dos casos está associado à fusão recente de entidades cujos títulos já existiam na carteira anteriormente, estando em análise as medidas a tomar para a gestão do risco.

Gráfico 16 | Rácio de solvência



Finalmente, um outro correspondente a um título que já existia na carteira na altura da entrada em vigor do mecanismo de monitorização de risco e cuja exposição tem vindo a diminuir gradualmente.

Em relação ao indicador de liquidez, regista-se uma elevada percentagem que está relacionada com o facto de praticamente a totalidade dos ativos em carteira estar cotada em mercados líquidos e regulamentados.

Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	MSV				
			Limites de risco		Período de avaliação anterior (09-2017)	Avaliação do período atual (12-2017)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % – 110 %	< 110 %	248%	280%
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a “BBB” (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % – 20 %	> 20 %	2 Zona Vermelha	2 Zona Amarela 1 Zona Vermelha
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a “BBB” (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % – 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	1 Zona Vermelha	1 Zona Vermelha
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a “BBB”	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	0	0
	Alavancagem Financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % – 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> 10 vezes	10 – 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % – 105 %	< 105 %	9491%	10666%

4. O Futuro

A estratégia para futuro assenta, como até aqui, em duas linhas mestras: crescimento e rentabilidade.

De forma a conseguir atingir esses macro objetivos, continuarão a ser desenvolvidas as ações necessárias ao aumento da produtividade comercial, ao equilíbrio da exploração técnica e à redução de gastos.

Nesse sentido, a ambição passa por consolidar as alterações implementadas e os programas desenhados ao longo do ano 2017, conforme se detalha a seguir:

- Investimento no desenvolvimento da rede comercial, reforçando os programas APM e APE, aludidos no ponto 3.5;
- Orientação dos objetivos de venda e as campanhas de dinamização comercial para os produtos de maior rentabilidade associada, nomeadamente os de risco puro;
- Redução significativa dos gastos de gestão.

É expectável que os resultados da orientação para os produtos de maior rentabilidade e da redução de gastos sejam visíveis no imediato, devendo concorrer para uma melhoria significativa do resultado líquido já no ano 2018.

Por sua vez, o investimento no desenvolvimento da rede própria será um trabalho paulatino que carece, naturalmente, de um período de tempo mais alargado, pelo que se espera que produza efeito apenas a médio prazo, sem rejeitar que deva ir evidenciando sinais de evolução no sentido pretendido à medida que for sendo implementado.

Além do desenvolvimento da rede própria de distribuição, estão previstos alguns ajustamentos ao modelo de atuação comercial, a implementar no imediato, traduzidos na introdução de novas metodologias de trabalho e de seguimento dos resultados, com o objetivo de conseguir um aumento substancial da produtividade por comercial.

Do ponto de vista técnico, no segmento de negócio de poupança, face à conjuntura de baixas taxas de juro e às exigências do requisito de capital associado a produtos de rentabilidade garantida, continuará a ser privilegiado o desenvolvimento de produtos do tipo *Unit-Linked*.

Em complemento ao programa de redução de gastos, os investimentos em novos projetos estarão sujeitos a uma avaliação positiva da sua rentabilidade implícita, no sentido de garantir que a alocação de recursos seja geradora de um retorno em linha com a estratégia de melhoria dos resultados de exploração.

Não será descurado o investimento na transformação digital, orientada, no futuro mais imediato, para projetos de serviço ao cliente e de melhoria de eficiência, em linha com o objetivo de redução de gastos.

Devido ao enfoque de negócio em produtos de risco puro e em *Unit-Linked*, não se prevê um agravamento do perfil de exposição ao risco, pelo contrário, motivo pelo qual a solvência da empresa deverá manter e até reforçar o nível confortável que se verifica atualmente, acomodando perfeitamente o incremento de negócio projetado.

5. Agradecimentos

Para dar resposta aos desafios de mais um ano de atividade, contamos com a colaboração leal e dedicada de muitas pessoas e entidades a quem queremos deixar o nosso agradecimento sincero.

De forma especial, queremos mencionar:

- Os Clientes que nos confiaram algo tão importante como é a sua proteção;
- Os Empregados sem os quais não teríamos podido satisfazer os clientes;
- Os Mediadores que dedicadamente nos representaram por todo o território;
- Os Fornecedores que nos municiaram com os bens e serviços imprescindíveis à prestação dos nossos serviços;
- Os órgãos de fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal – pela sua atitude construtiva;
- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por continuar a velar pela saúde da atividade seguradora;
- A Associação Portuguesa de Seguradores pela boa representação do setor.

6. Aplicação de Resultados

Propomos ao acionista único que o resultado líquido do exercício, no montante total de 1.661.163,76 euros, seja aplicado do reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- 166.116,38 euros para Reserva Legal;
- 1.495.047,38 euros por incorporação em Reservas Livres.

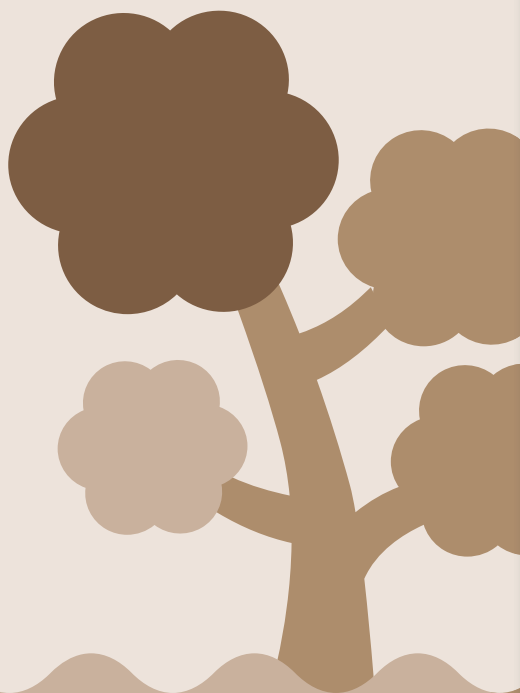
O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernandez Palácios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)



3.

Contas Anuais 2017

A MAPFRE alcança a classificação mais alta da ONU há seis anos consecutivos

Concedida pelo Pacto Mundial das Nações Unidas em matéria de Responsabilidade Social Corporativa, no cumprimento dos dez princípios estabelecidos pelo Pacto Mundial de Nações Unidas, que protegem aspetos como os direitos humanos e do trabalho, a proteção do meio ambiente e as práticas contra a corrupção.

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2017			Exercício anterior (2016)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.028.856,96		7.028.856,96	3.998.004,05
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26.649.649,18		26.649.649,18	13.502.444,22
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	317.962.458,19		317.962.458,19	310.996.783,05
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	262.309,30	0,00	262.309,30	327.032,35
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	262.309,30		262.309,30	327.032,35
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
7	Outros ativos tangíveis	109.986,50	52.248,92	57.737,58	55.482,21
	Inventários			0,00	0,00
	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00
8	Outros ativos intangíveis	749.499,05	587.501,73	161.997,32	220.618,23
9	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.388.281,20		1.388.281,20	1.249.670,42
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	1.239.973,10		1.239.973,10	1.105.902,80
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	148.308,10		148.308,10	143.767,62
	Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	21.018,05		21.018,05	22.529,06
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.246.917,23	33.383,40	3.213.533,83	3.276.136,82
	Contas a receber por operações de seguro directo	2.670.929,86	33.383,40	2.637.546,46	2.900.835,17
	Contas a receber por operações de resseguro	177.088,78		177.088,78	76.313,96
	Contas a receber por outras operações	398.898,59		398.898,59	298.987,69
11	Ativos por impostos e taxas	1.704.221,91		1.704.221,91	1.765.820,76
	Ativos por impostos correntes	1.704.221,91		1.704.221,91	1.765.820,76
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos			0,00	0,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total Ativo	359.123.197,57	673.134,05	358.450.063,52	335.414.521,17

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2017	Exercício anterior (2016)
Passivo e Capital Próprio			
Passivo			
13	Provisões técnicas	302.363.053,70	282.712.447,60
	Ramo Vida	302.363.053,70	282.712.447,60
	Provisão matemática	270.743.715,32	263.373.069,95
	Provisão para sinistros	7.460.889,89	6.888.247,60
	Provisão para participação nos resultados	14.174.704,19	11.141.045,54
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	13.327.935,12	10.601.034,23
	Provisão para participação nos resultados atribuída	846.769,07	540.011,31
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	750.413,25
	Provisão para riscos em curso		
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	9.232.747,37	559.671,26
	Outras provisões técnicas		
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.953.760,20	14.872.688,01
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8.250,61	17.792,91
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.567.168,84	1.780.158,37
	Contas a pagar por operações de seguro directo	2.358.102,30	1.330.947,63
	Contas a pagar por operações de resseguro	32.854,06	71.542,96
	Contas a pagar por outras operações	176.212,48	377.667,78
11	Passivos por impostos	3.980.297,76	2.408.738,98
	Passivos por impostos correntes	1.377.384,22	352.252,36
	Passivos por impostos diferidos	2.602.913,54	2.056.486,62
16	Acréscimos e diferimentos	1.577.238,23	922.331,05
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Total Passivo		319.449.769,34	302.714.156,92
Capital Próprio			
17	Capital	21.000.000,00	21.000.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	20.788.537,60	14.708.059,26
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	20.788.537,60	14.708.059,26
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
18	Reserva por impostos diferidos	(2.602.913,54)	(2.056.486,62)
18	Outras reservas	(1.846.493,64)	(2.056.936,77)
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	1.661.163,76	1.105.728,38
Total Capital Próprio		39.000.294,18	32.700.364,25
Total Passivo e Capital Próprio		358.450.063,52	335.414.521,17

Euros

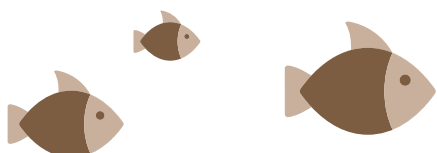
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2017				Exercício anterior (2016)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	43.218.024,00	0,00		43.218.024,00	42.898.540,93
	Prémios brutos emitidos	44.309.161,26			44.309.161,26	43.640.219,25
	Prémios de resseguro cedido	1.049.030,46			1.049.030,46	735.488,48
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	57.774,67			57.774,67	7.646,20
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	15.667,87			15.667,87	1.456,36
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
20	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	30.503.305,03	0,00		30.503.305,03	33.904.442,51
	Montantes pagos	30.064.733,04	0,00		30.064.733,04	35.262.496,15
	Montantes brutos	30.268.947,45			30.268.947,45	35.714.998,07
	Parte dos resseguradores	204.214,41			204.214,41	452.501,92
	Provisão para sinistros (variação)	438.571,99	0,00		438.571,99	(1.358.053,64)
	Montante bruto	572.642,29			572.642,29	(1.533.816,42)
	Parte dos resseguradores	134.070,30			134.070,30	(175.762,78)
21	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	7.068.943,19			7.068.943,19	11.778.160,82
	Montante bruto	7.068.943,19			7.068.943,19	11.778.160,82
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
22	Participação nos resultados, líquida de resseguro	608.459,94			608.459,94	480.211,61
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	8.673.076,11			8.673.076,11	(79.778,85)
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos	6.297.790,12	0,00		6.297.790,12	6.104.603,62
25	Custos de aquisição	5.627.609,96			5.627.609,96	5.160.128,45
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(57.190,99)			(57.190,99)	(3.178,73)
	Gastos administrativos	1.155.482,25			1.155.482,25	980.180,95
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	428.111,10			428.111,10	32.527,05
28	Rendimentos	12.044.891,64	0,00	0,00	12.044.891,64	11.984.991,30
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	11.638.716,15			11.638.716,15	11.894.958,70
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	406.175,49			406.175,49	90.032,60
29	Gastos financeiros	2.294.834,77	0,00	0,00	2.294.834,77	2.223.651,56
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.549.760,87			1.549.760,87	1.558.398,42
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	241.846,73			241.846,73	352.747,58
	Outros	503.227,17			503.227,17	312.505,56

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2017				Exercício anterior (2016)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.254.279,66	0,00	0,00	1.254.279,66	1.044.777,40
	De ativos disponíveis para venda	1.254.279,66			1.254.279,66	1.044.777,40
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448.677,55	0,00	0,00	1.448.677,55	(49.675,52)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448.677,55			1.448.677,55	(49.675,52)
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
32	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(146.961,17)			(146.961,17)	2.735,45
33	Outras provisões (variação)			12.626,10	12.626,10	4.921,84
34	Outros rendimentos/gastos			(48.195,46)	(48.195,46)	2.239,85
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado Líquido antes de Impostos	2.372.502,52	0,00	(60.821,56)	2.311.680,96	1.467.396,30
11	Imposto sobre o rendimento do exercício — Impostos correntes			650.517,20	650.517,20	361.667,92
11	Imposto sobre o rendimento do exercício — Impostos diferidos					
	Resultado Líquido do Exercício	2.372.502,52	0,00	(711.338,76)	1.661.163,76	1.105.728,38



Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2016 (posição de abertura)	21.000.000,00	14.708.059,26	(2.056.486,62)	678.220,34	(1.276.013,44)	(1.459.143,67)	1.105.728,38	32.700.364,25
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	14.708.059,26	(2.056.486,62)	678.220,34	(1.276.013,44)	(1.459.143,67)	1.105.728,38	32.700.364,25
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		6.080.478,34	(546.426,92)			(903.840,86)		4.630.210,56
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				110.572,84	995.155,54		-1.105.728,38	0,00
27	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					8.555,61			8.555,61
	Total das variações do capital próprio	0,00	6.080.478,34	(546.426,92)	110.572,84	1.003.711,15	(903.840,86)	(1.105.728,38)	4.638.766,17
	Resultado líquido do período							1.661.163,76	1.661.163,76
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2017	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18



Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2015 (posição de abertura)	21.000.000,00	19.510.545,94	(3.181.915,37)	635.675,29	(1.657.646,77)	(1.446.029,25)	425.450,53	35.286.080,37
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	21.000.000,00	19.510.545,94	(3.181.915,37)	635.675,29	(1.657.646,77)	(1.446.029,25)	425.450,53	35.286.080,37
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(4.802.486,68)	1.125.428,75			(13.114,42)		(3.690.172,35)
17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				42.545,05	382.905,48		(425.450,53)	0,00
27	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					(1.272,15)			(1.272,15)
	Total das variações do capital próprio	0,00	(4.802.486,68)	1.125.428,75	42.545,05	381.633,33	(13.114,42)	(425.450,53)	(3.691.444,50)
	Resultado líquido do período							1.105.728,38	1.105.728,38
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2016	21.000.000,00	14.708.059,26	(2.056.486,62)	678.220,34	(1.276.013,44)	(1.459.143,67)	1.105.728,38	32.700.364,25

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2017				Exercício anterior (2016)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	5.534.051,42			5.534.051,42	(3.677.057,93)
18	Variação de reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	6.080.478,34			6.080.478,34	(4.802.486,68)
18	Impostos correntes e diferidos	(546.426,92)			(546.426,92)	1.125.428,75
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	8.555,61			8.555,61	(1.272,15)
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	8.555,61			8.555,61	(1.272,15)
	Impostos correntes e diferidos				0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	5.542.607,03			5.542.607,03	(3.678.330,08)
	Resultado Líquido do Exercício	2.372.502,52		(711.338,76)	1.661.163,76	1.105.728,38
	Total do Rendimento Integral do Exercício	7.915.109,55		(711.338,76)	7.203.770,79	(2.572.601,70)

Euros

Notas do anexo	Fluxo de caixa	Exercício 2017	Exercício anterior (2016)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos *	46.049.196,71	44.530.416,14
	Sinistros pagos	(36.037.101,03)	(38.063.531,22)
	Pagamentos comissões	(2.035.675,20)	(2.127.795,84)
	Entradas resseguro	76.313,96	36.085,77
	Saídas resseguro	(621.354,15)	(404.156,47)
	Outros recebimentos	265.980,12	332.617,64
	Outros pagamentos	(5.914.780,51)	(5.299.769,35)
	Imposto sobre o rendimento	(221.524,95)	596.604,77
	Total Fluxos Operacionais	1.561.054,95	(399.528,56)
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(122.420,91)	(158.412,37)
	Titulos de dívida- compras	(94.987.247,80)	(58.257.821,46)
	Titulos de dívida- vendas	87.043.481,47	54.751.728,43
	Instrumentos capital e UP's- compras	(5.392.030,16)	(7.942.182,52)
	Instrumentos capital e UP's- vendas	4.070.757,38	2.215.611,95
	Juros recebidos	10.412.279,07	11.028.896,56
	Dividendos recebidos	437.058,91	371.509,31
	Outros investimentos	0,00	0,00
	Total Fluxos Investimento	1.461.877,96	2.009.329,90
	Efeito cambial	7.920,00	(492,47)
	Aumento Caixa	3.030.852,91	1.609.308,87
	Caixa no início	3.998.004,05	2.388.695,18
3	Caixa no fim	7.028.856,96	3.998.004,05

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.





4.

Notas às Demonstrações Financeiras

A Climate A-List 2017 inclui as 112 companhias com melhor desempenho na redução de emissões de CO₂ e no combate à mudança climática a nível mundial

A MAPFRE foi condecorada, uma vez mais, pelo Carbon Disclosure Project (CDP) como companhia líder em atuações contra a mudança climática tendo sido, mais uma vez, incluída na Climate A-List Global 2017.

Índice

1. Informações Gerais	38	23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	78
2. Políticas Contabilísticas	39	24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	79
3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	49	25. Custos de Aquisição	81
4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	50	26. Gastos com o Pessoal	81
5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	53	27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	82
6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	57	28. Rendimentos	90
7. Outros Ativos Tangíveis	57	29. Gastos Financeiros	91
8. Outros Ativos Intangíveis	58	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	91
9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	59	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	92
10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	60	32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	92
11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	62	33. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	93
12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	66	34. Outros Rendimentos e Gastos	93
13. Provisões Técnicas	67	35. Relato por Segmentos	94
14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	72	36. Entidades Relacionadas	96
15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	73	37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	100
16. Acréscimos e Diferimentos	74	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	104
17. Capital	74	39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	110
18. Reservas	75	40. Elementos Extrapatrimoniais	113
19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	76	41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	113
20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	77	42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	113
21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)	78		
22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	78		

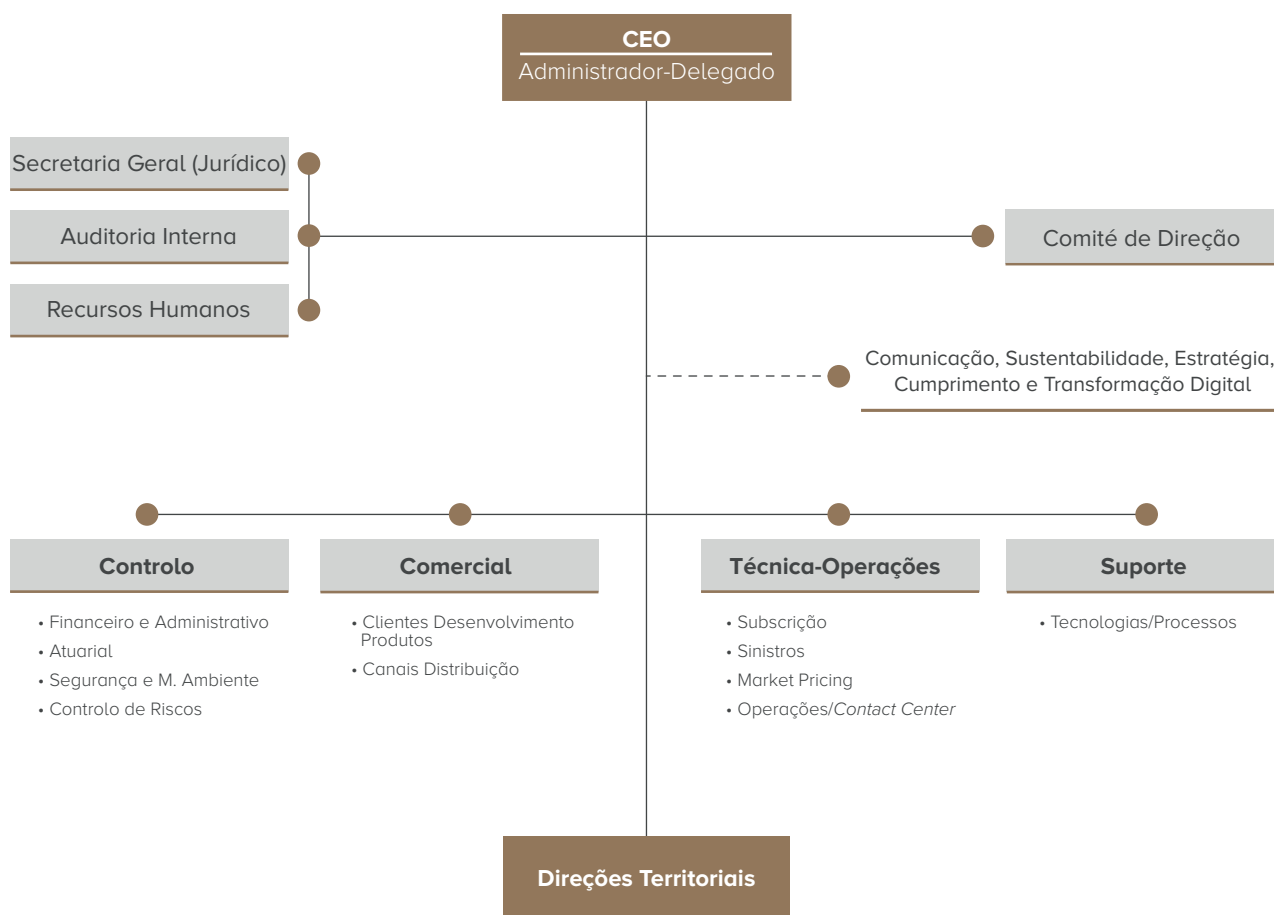
1. Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 euros, posteriormente ampliado para 21.000.000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano 2017 prémios de contratos de seguros no valor de 44,31 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 1,16 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2017, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2018, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 – Contratos de Seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

No exercício de 2017, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (*“trade date”*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.



Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

De empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda".

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “*um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo*”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º Anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.7. Impostos sobre lucros

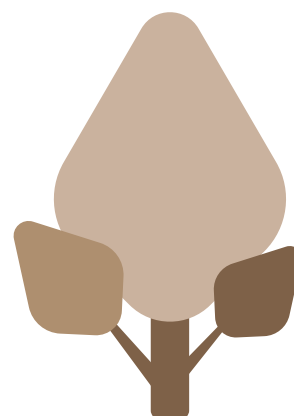
Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.



b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.10. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

2.11. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.12. Contratos de seguro

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospets dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

d) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

e) Provisão para participação nos resultados**Provisão para participação nos resultados atribuída**

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições

estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 e n.º 10/2016 emitida pela ASF, utilizando o método “*pró rata temporis*”, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

g) Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 37.

2.13. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 24.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.14. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016. A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50ª e 51ª, bem como Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.ª do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes

da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42ª do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método “pró rata temporis”, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.15. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.16. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera

que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.14. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.12. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 13.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas

na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2017	2016
Caixa e equivalentes	251.860,01	199.893,33
Depósitos à ordem	6.776.996,95	3.798.110,72
Total	7.028.856,96	3.998.004,05

4. Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros			
2017			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	10.000.707,30	3.501.736,92	13.502.444,22
Aquisições (a valor aquisição)	11.490.552,10	893.200,00	12.383.752,10
Vendas (a valor venda)	-	(765.358,87)	(765.358,87)
Reembolsos (a valor reembolso)	-	-	-
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-	-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.431.392,50	43.208,08	1.474.600,58
Variação do custo amortizado	(21.277,60)	-	(21.277,60)
Variação juro decorrido	75.488,75	-	75.488,75
Saldo final	22.976.863,05	3.672.786,13	26.649.649,18

Euros			
2016			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	-	2.259.689,56	2.259.689,56
Aquisições (a valor aquisição)	10.005.000,00	1.450.396,00	11.455.396,00
Vendas (a valor venda)	-	(259.538,52)	(259.538,52)
Reembolsos (a valor reembolso)	-	-	-
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	-	-	-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(79.791,73)	51.189,88	(28.601,85)
Variação do custo amortizado	(764,54)	-	(764,54)
Variação juro decorrido	76.263,57	-	76.263,57
Saldo final	10.000.707,30	3.501.736,92	13.502.444,22

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do ativo	2017				
	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	3.574.621,53	-	98.164,60	-	3.672.786,13
Títulos de dívida – de outros emissores	21.495.552,10	(22.042,14)	1.351.600,77	151.752,32	22.976.863,05
Total	25.070.173,63	(22.042,14)	1.449.765,37	151.752,32	26.649.649,18

Euros

Classificações do ativo	2016				
	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	3.380.235,53	-	121.501,39	-	3.501.736,92
Títulos de dívida – de outros emissores	10.005.000,00	(764,54)	(79.791,73)	76.263,57	10.000.707,30
Total	13.385.235,53	(764,54)	41.709,66	76.263,57	13.502.444,22

Nos Anexos 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.



4.2. Justo valor

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2017				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	3.672.786,13	-	-	3.672.786,13
Títulos de dívida – de outros emissores	22.976.863,05	-	-	22.976.863,05
Total	26.649.649,18	-	-	26.649.649,18

Euros				
2016				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades participação	3.501.736,92	-	-	3.501.736,92
Títulos de dívida – de outros emissores	10.000.707,30	-	-	10.000.707,30
Total	13.502.444,22	-	-	13.502.444,22

5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

2017			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Valor contabilístico
Saldo inicial	293.061.324,03	17.935.459,02	310.996.783,05
Aquisições (a valor aquisição)	82.704.561,94	4.489.330,50	87.193.892,44
Alienações (a valor venda)	(54.706.284,63)	(3.305.398,51)	(58.011.683,14)
Reembolsos (a valor reembolso)	(31.476.637,02)	-	(31.476.637,02)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	8.223.175,04	584.204,19	8.807.379,23
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	803.019,61	451.260,05	1.254.279,66
Variação do custo amortizado	(781.056,68)	-	(781.056,68)
Variação juro decorrido	(20.499,35)	-	(20.499,35)
Saldo final	297.807.602,94	20.154.855,25	317.962.458,19

Euros

2016			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Valor contabilístico
Saldo inicial	306.275.675,55	12.754.052,39	319.029.727,94
Aquisições (a valor aquisição)	57.027.586,37	6.491.522,66	63.519.109,03
Alienações (a valor venda)	(29.693.827,73)	(1.956.124,12)	(31.649.951,85)
Reembolsos (a valor reembolso)	(34.240.000,00)	-	(34.240.000,00)
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(6.656.960,86)	660.786,49	(5.996.174,37)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.059.555,80	(14.778,40)	1.044.777,40
Variação do custo amortizado	(710.984,56)	-	(710.984,56)
Variação juro decorrido	279,46	-	279,46
Saldo final	293.061.324,03	17.935.459,02	310.996.783,05

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2017					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	14.152.267,83	-	2.422.507,42	-	16.574.775,25
Unidades de participação	3.306.855,30	-	273.224,70	-	3.580.080,00
Títulos de dívida – pública	218.724.168,32	(1.479.563,03)	28.387.588,66	4.742.249,82	250.374.443,77
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.390.360,00	4.726,16	195.912,95	66.994,53	1.657.993,64
Títulos de dívida – de outros emissores	41.997.329,49	266.715,31	2.837.238,99	673.881,74	45.775.165,53
Total	279.570.980,94	(1.208.121,56)	34.116.472,72	5.483.126,09	317.962.458,19

Euros

2016					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	12.667.207,54	-	1.971.830,85	-	14.639.038,39
Unidades de participação	3.156.723,55	-	139.697,08	-	3.296.420,63
Títulos de dívida – pública	233.097.771,88	(203.418,45)	19.367.268,40	4.639.380,53	256.901.002,36
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	2.797.265,01	39.052,41	321.597,86	82.566,69	3.240.481,97
Títulos de dívida – de outros emissores	28.521.552,70	107.909,48	3.508.699,30	781.678,22	32.919.839,70
Total	280.240.520,68	(56.456,56)	25.309.093,49	5.503.625,44	310.996.783,05

No Anexo 1.1 e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2017, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtêm-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 275.186,44 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2017				
Conceito	Justo valor – níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	16.574.775,25	-	-	16.574.775,25
Unidades participação	3.580.080,00	-	-	3.580.080,00
Títulos de dívida – pública	250.374.443,77	-	-	250.374.443,77
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.657.993,64	-	-	1.657.993,64
Títulos de dívida – de outros emissores	45.499.979,09	275.186,44	-	45.775.165,53
Total	317.687.271,75	275.186,44	-	317.962.458,19

Euros				
2016				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			TOTAL
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	14.639.038,39	-	-	14.639.038,39
Unidades participação	3.296.420,63	-	-	3.296.420,63
Títulos de dívida – pública	256.901.002,36	-	-	256.901.002,36
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	3.240.481,97	-	-	3.240.481,97
Títulos de dívida – de outros emissores	32.633.491,69	286.348,01	-	32.919.839,70
Total	310.710.435,04	286.348,01	-	310.996.783,05

Nos exercícios de 2017 e de 2016 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2017.

6. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Rubrica	2017	2016
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	262.309,30	327.032,35
Total	262.309,30	327.032,35

7. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Outros ativos tangíveis	2017						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	24.612,09	6.871,25	-	-	-	5.430,36	26.052,98
Máquinas e ferramentas	4.236,90	2.367,75	-	-	-	802,67	5.801,98
Equipamento informático	222,68	2.933,13	-	-	-	548,55	2.607,26
Instalações interiores	24.279,39	-	-	-	-	2.774,99	21.504,40
Outro equipamento	2.131,15	-	-	-	-	360,19	1.770,96
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	55.482,21	12.172,13	-	-	-	9.916,76	57.737,58

Outros ativos tangíveis	2016						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	23.206,15	6.682,76	-	-	-	5.276,82	24.612,09
Máquinas e ferramentas	5.010,72	-	-	-	-	773,82	4.236,90
Equipamento informático	-	381,72	-	-	-	159,04	222,68
Instalações interiores	21.852,77	4.764,84	-	-	-	2.338,22	24.279,39
Outro equipamento	2.491,34	-	-	-	-	360,19	2.131,15
Outros ativos tangíveis	1.635,69	-	-	-	-	1.635,69	-
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	54.196,67	11.829,32	-	-	-	10.543,78	55.482,21

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

8. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

2017							
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	97.624,22	-	89.789,35	-	-	91.253,40	96.160,17
Ativos intangíveis em curso	122.994,01	44.013,64	(89.789,35)	-	11.381,15	-	65.837,15
Total	220.618,23	44.013,64	-	-	11.381,15	91.253,40	161.997,32

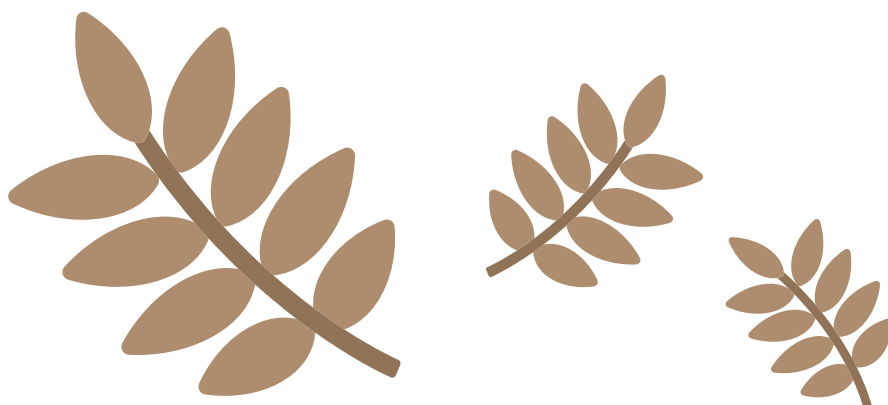
Euros

2016							
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	82.611,44	3.075,00	72.802,92	-	-	60.865,14	97.624,22
Ativos intangíveis em curso	78.178,02	117.618,91	(72.802,92)	-	-	-	122.994,01
Total	160.789,46	120.693,91	-	-	-	60.865,14	220.618,23

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.



9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

2017				
Prov. técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.105.902,80	338.284,71	204.214,41	1.239.973,10
Prestações	1.103.093,47	285.817,90	204.214,41	1.184.696,96
IBNR	2.809,33	52.466,81	-	55.276,14
Provisão para Prémios não Adquiridos	143.767,62	4.540,48	-	148.308,10
Prémios não adquiridos	151.386,00	15.667,87	-	167.053,87
Custos de aquisição diferidos	(7.618,38)	(11.127,39)	-	(18.745,77)
Total	1.249.670,42	342.825,19	204.214,41	1.388.281,20

Euros

2016				
Prov. técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	1.281.665,58	280.932,36	456.695,14	1.105.902,80
Prestações	1.274.663,03	280.932,36	452.501,92	1.103.093,47
IBNR	7.002,55	-	4.193,22	2.809,33
Provisão para Prémios não Adquiridos	141.746,82	143.767,62	141.746,82	143.767,62
Prémios não adquiridos	149.929,64	151.386,00	149.929,64	151.386,00
Custos de aquisição diferidos	(8.182,82)	(7.618,38)	(8.182,82)	(7.618,38)
Total	1.423.412,40	424.699,98	598.441,96	1.249.670,42

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

2017			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade / ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.670.929,86	33.383,40	2.637.546,46
Contas de cobrança	2.520.913,50	33.383,40	2.487.530,10
Mediadores	150.016,36	-	150.016,36
Contas a receber por operações de resseguro	177.088,78	-	177.088,78
Contas a receber por outras operações	398.898,59	-	398.898,59
Empréstimos ao pessoal	201.910,20	-	201.910,20
Outras operações com pessoal	10.341,78	-	10.341,78
Outros devedores	186.646,61	-	186.646,61
Total	3.246.917,23	33.383,40	3.213.533,83

Euros

2016			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade / ajustamentos	Valor líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.921.418,27	20.583,10	2.900.835,17
Contas de cobrança	2.832.326,53	20.583,10	2.811.743,43
Mediadores	89.091,74	-	89.091,74
Contas a receber por operações de resseguro	76.313,96	-	76.313,96
Contas a receber por outras operações	299.161,89	174,20	298.987,69
Empréstimos ao pessoal	241.972,82	-	241.972,82
Outras operações com pessoal	429,03	-	429,03
Outros devedores	56.760,04	174,20	56.585,84
Total	3.296.894,12	20.757,30	3.276.136,82

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

2017				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	20.583,10	12.800,30	-	33.383,40
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	174,20	-	174,20	-
Total	20.757,30	12.800,30	174,20	33.383,40

Euros

2016				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	15.835,46	4.747,64	-	20.583,10
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	174,20	-	174,20
Total	15.835,46	4.921,84	-	20.757,30

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Ativos por impostos e taxas	1.704.221,91	1.765.820,76
Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.704.221,91	1.765.820,76
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	3.980.297,76	2.408.738,98
Passivos por impostos (e taxas) correntes	1.377.384,22	352.252,36
Passivos por impostos diferidos	2.602.913,54	2.056.486,62

11.1. Impostos correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Ativos por impostos correntes	1.704.221,91	1.765.820,76
Imposto sobre o rendimento	39.256,90	119.893,57
IRC: Reclamações impugnações	1.628.247,65	1.628.247,65
Outros impostos e taxas	36.717,36	17.679,54
Passivos por impostos correntes	(1.377.384,22)	(352.252,36)
Imposto corrente	(960.250,91)	-
Retenções na fonte	(104.505,00)	(112.254,49)
Outros impostos e taxas	(312.628,31)	(239.997,87)
Total	326.837,69	1.413.568,40

A linha de IRC: Reclamações e impugnações corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais, relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados). Este valor foi reclamado através da apresentação de Pedidos de Revisão Oficiosa relativamente aos referidos exercícios de 2012 e 2013.

Detalham-se nos quadros seguintes as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros

2017			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.311.680,96	-	2.311.680,96
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.	-	3.651.914,20	3.651.914,20
21% do resultado antes de impostos	485.453,00	766.901,98	1.252.354,98
Gasto por imposto (a acrescer/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	2.701,80	-	2.701,80
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	54.855,19	-	54.855,19
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	66,73	-	66,73
Encargos com combustíveis	1.428,00	-	1.428,00
Realizações de utilidade social não dedutíveis	110,11	-	110,11
Menos-valias contabilísticas	6.318,19	-	6.318,19
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	101.801,43	-	101.801,43
Custos extraordinários	3.125,01	-	3.125,01
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	(776,16)	-	(776,16)
Mais-valias contabilísticas	(108.032,41)	-	(108.032,41)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(25.666,91)	-	(25.666,91)
Benefícios fiscais	(2.611,03)	-	(2.611,03)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	518.772,96	766.901,98	1.285.674,95
Derrama	92.650,03	136.964,54	229.614,57
Tributação autónoma	39.094,21	-	39.094,21
Total de gasto por imposto corrente	650.517,20	903.866,52	1.554.383,73
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			(275.151,82)
Entregas por conta			(318.981,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	650.517,20	903.866,52	960.250,91

Euros

2016			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.467.396,30	-	1.467.396,30
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.	-	199.418,91	199.418,91
21% do resultado antes de impostos	308.153,22	41.877,97	350.031,19
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	2.961,06	-	2.961,06
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	-	-	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	-	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	60,18	-	60,18
Encargos com combustíveis	-	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	-	-	-
Menos-valias contabilísticas	19.786,74	-	19.786,74
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	186.533,82	-	186.533,82
Custos extraordinários	59,79	-	59,79
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	-	-
Mais-valias contabilísticas	(204.576,44)	-	(204.576,44)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(18.803,85)	-	(18.803,85)
Benefícios fiscais	(1.076,36)	-	(1.076,36)
Proveitos extraordinários	-	-	-
Total do imposto	293.098,17	41.877,97	334.976,14
Derrama	23.230,87	3.319,23	26.550,10
Tributação autónoma	45.338,88	-	45.338,88
Total de gasto por imposto corrente	361.667,92	45.197,20	406.865,12
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Retenções na fonte			(44.509,60)
Entregas por conta			(456.198,00)
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	361.667,92	45.197,20	(93.842,48)

11.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Euros

Passivos por impostos diferidos	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	2.056.486,62	-	546.426,92	-	-	2.602.913,54
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	2.056.486,62	-	546.426,92	-	-	2.602.913,54

Euros

Passivos por impostos diferidos	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.181.915,37	-	-	-	1.125.428,75	2.056.486,62
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Total	3.181.915,37	-	-	-	1.125.428,75	2.056.486,62

Em Portugal, a MAPFRE renovou o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001 no edifício sede, em Lisboa.



12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se no quadro abaixo:

Euros				
2017				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.100.000,00	5.928.856,96	-	7.028.856,96
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	23.113.731,17	3.535.918,01	26.649.649,18
Ativos financeiros disponíveis para venda	232.338.480,28	78.028.641,30	7.595.336,61	317.962.458,19
Empréstimos concedidos e contas a receber	262.309,30	-	-	262.309,30
Outros ativos tangíveis	-	57.737,58	-	57.737,58
Parte dos Resseguradores nas Prov. Técnicas	-	1.388.281,20	-	1.388.281,20
Custos de Aquisição Diferidos	-	184.202,92	-	184.202,92
Total	233.700.789,58	108.701.451,13	11.131.254,62	353.533.495,33

Euros				
2016				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.799.539,75	831.264,30	367.200,00	3.998.004,05
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	10.602.653,98	2.899.790,24	13.502.444,22
Ativos financeiros disponíveis para venda	190.371.488,19	106.254.190,05	14.371.104,81	310.996.783,05
Empréstimos concedidos e contas a receber	327.032,35	-	-	327.032,35
Outros ativos tangíveis	-	55.482,21	-	55.482,21
Parte dos Resseguradores nas Prov. Técnicas	-	1.249.670,42	-	1.249.670,42
Custos de Aquisição Diferidos	-	127.011,93	-	127.011,93
Total	193.498.060,29	119.120.272,89	17.638.095,05	330.256.428,23

13. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros

2017				
Prov. técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	263.373.069,95	31.579.724,16	24.209.078,79	270.743.715,32
Provisão para sinistros	6.888.247,60	29.711.822,27	29.139.179,98	7.460.889,89
Prestações	6.875.083,57	29.558.320,06	29.137.885,84	7.295.517,79
IBNR	13.164,03	153.502,21	1.294,14	165.372,10
Provisão para participação nos resultados	11.141.045,54	3.335.360,83	301.702,18	14.174.704,19
Provisão para prémios não adquiridos	750.413,25	583,68	-	750.996,93
Prémios não adquiridos	877.425,18	57.774,67	-	935.199,85
Custos de aquisição diferidos	(127.011,93)	(57.190,99)	-	(184.202,92)
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	559.671,26	9.129.212,52	456.136,41	9.232.747,37
Total	282.712.447,60	73.756.703,46	54.106.097,36	302.363.053,70

Euros

2016				
Prov. técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	251.126.247,28	46.075.271,42	33.828.448,75	263.373.069,95
Provisão para sinistros	8.422.064,02	1.453.789,54	2.987.605,96	6.888.247,60
Prestações	8.405.874,36	1.452.681,10	2.983.471,89	6.875.083,57
IBNR	16.189,66	1.108,44	4.134,07	13.164,03
Provisão para participação nos resultados	12.323.183,47	2.468.939,86	3.651.077,79	11.141.045,54
Provisão para prémios não adquiridos	745.945,78	750.413,25	745.945,78	750.413,25
Prémios não adquiridos	869.778,98	877.425,18	869.778,98	877.425,18
Custos de aquisição diferidos	(123.833,20)	(127.011,93)	(123.833,20)	(127.011,93)
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	639.450,11	70.260,39	150.039,24	559.671,26
Total	273.256.890,66	50.818.674,46	41.363.117,52	282.712.447,60

13.1. Provisão matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2017 e de 2016, a seguinte composição por famílias de produtos:

				Euros
2017				
Prov. matemática – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	27.431.058,21	5.661.981,00	957.583,33	32.135.455,88
Risco	1.023.508,52	2.091.824,95	1.741.261,24	1.374.072,23
Mistos	26.151.653,50	3.491.739,32	4.876.104,72	24.767.288,10
Capitalização	49.009.442,73	10.255.465,70	4.152.512,16	55.112.396,27
PPR	152.836.537,58	7.766.469,10	11.231.286,25	149.371.720,43
Universal Life	6.920.869,41	2.312.244,09	1.250.331,09	7.982.782,41
Total	263.373.069,95	31.579.724,16	24.209.078,79	270.743.715,32

				Euros
2016				
Prov. matemática – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	22.374.390,44	6.683.045,73	1.626.377,96	27.431.058,21
Risco	564.428,49	459.080,03	-	1.023.508,52
Mistos	26.562.838,93	3.824.383,49	4.235.568,92	26.151.653,50
Capitalização	38.014.952,83	18.359.233,86	7.364.743,96	49.009.442,73
PPR	158.261.588,67	14.810.339,44	20.235.390,53	152.836.537,58
Universal Life	5.348.047,92	1.939.188,87	366.367,38	6.920.869,41
Total	251.126.247,28	46.075.271,42	33.828.448,75	263.373.069,95

Com as medidas implementadas em Portugal, em 2017:

- salvámos mais de 236 árvores;
- emitimos menos 1,9 toneladas de gases com efeito de estufa;
- gastámos menos de 70m³ de água;
- poupámos mais de 9.300 euros em eletricidade.



As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	Taxa Variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
Mistos		
Mistos	entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
Temporários		
Temporário	entre 2,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
Capitais diferidos		
Prémios periódicos	entre 2,25% e 4%	GKM 95
Prémios únicos	entre 0,66% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	entre 0,75% e 4%	GKM 95
Universal Life	entre 0,75% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com risco de investimento	entre 1% e 3%	GKM 95 e Modificadas

13.2. Provisão para sinistros

O Anexo 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2017, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.



13.3. Provisão para participação nos resultados

Nos quadros seguintes demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2017 e 2016:

Euros				
2017				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	325,16	234,57	-	559,73
Reforma Assegurada	79.359,55	136.364,02	-	215.723,57
Futuro Jovem Garantido	14.535,68	8.917,59	-	23.453,27
Seguro Reforma Completo	81.770,41	77.083,89	-	158.854,30
Reforma Flexível	34.614,10	34.030,83	-	68.644,93
PPR Pré-Reforma MAPFRE	53,28	26,47	53,28	26,47
Reforma Garantida MAPFRE PPR	102.952,32	140.946,32	102.900,65	140.997,99
PPR Plano A	49.121,74	64.599,18	49.121,74	64.599,18
PPR 3	1.697,82	1.995,68	1.697,82	1.995,68
PPR BIC II	-	829,74	-	829,74
Postal PPR Garantido (II série)	-	9.949,86	-	9.949,86
MAPFRE PPR	-	17.795,78	-	17.795,78
Universal Life AG	2.089,11	1.116,90	2.089,11	1.116,90
Postal PPR Seguro	11.758,53	25.525,19	11.758,53	25.525,19
Postal PPR Rend. Crescente	-	837,52	-	837,52
PPR Super Plano A	8.831,20	25.611,48	8.831,20	25.611,48
MAPFRE Invest Crescente 2015	20.283,50	-	-	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	7.369,06	1.458,46	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	70.169,33	4.074,42	70.169,33	4.074,42
PPR Vital	38.329,14	-	38.329,14	-
PPR Master 3.6	-	12.363,13	-	12.363,13
Postal PPR Plus	-	17.081,53	-	17.081,53
Postal PPR Rendimento Mais	8.132,25	10.224,37	8.132,25	10.224,37
MAPFRE PPR (Edição especial)	8.619,13	17.393,01	8.619,13	17.393,01
Total	540.011,31	608.459,94	301.702,18	846.769,07

Euros

Participação nos resultados atribuída	2016			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	193,20	131,96	-	325,16
Reforma Assegurada	-	79.359,55	-	79.359,55
Futuro Jovem Garantido	9.333,97	5.201,71	-	14.535,68
Seguro Reforma Completo	9.213,64	72.556,77	-	81.770,41
Reforma Flexível	17.227,98	17.386,12	-	34.614,10
PPR Pré-Reforma MAPFRE	373,87	53,28	373,87	53,28
Reforma Garantida MAPFRE PPR	321.581,19	102.900,65	321.529,52	102.952,32
PPR Plano A	16.744,41	49.121,74	16.744,41	49.121,74
PPR 3	10.735,92	1.697,82	10.735,92	1.697,82
PPR BIC II	-	-	-	-
Postal PPR Garantido (II série)	-	-	-	-
MAPFRE PPR	-	-	-	-
Universal Life AG	5.262,15	2.089,11	5.262,15	2.089,11
Postal PPR Seguro	102.800,85	11.758,53	102.800,85	11.758,53
Postal PPR Rend. Crescente	-	-	-	-
PPR Super Plano A	11.215,13	8.831,20	11.215,13	8.831,20
MAPFRE Invest Crescente 2015	20.283,50	-	-	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	3.495,74	3.873,32	-	7.369,06
PPR Garantido 5 +	-	70.169,33	-	70.169,33
PPR Vital	-	38.329,14	-	38.329,14
PPR Master 3.6	-	-	-	-
Postal PPR Plus	-	-	-	-
Postal PPR Rendimento Mais	-	8.132,25	-	8.132,25
MAPFRE PPR (Edição especial)	-	8.619,13	-	8.619,13
Total	528.461,55	480.211,61	468.661,85	540.011,31

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*) correspondente às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato ascende a 13,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016: 10,6 milhões de euros)

14. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O valor de 8.953.760,20 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” refere-se, à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2017 e 2016:

Euros					
2017					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	3.139.984,87	1.078.140,17	758.091,46	25.923,03	3.485.956,61
Capitalização	3.139.984,87	1.078.140,17	758.091,46	25.923,03	3.485.956,61
Valorizados ao custo amortizado	11.732.703,14	84.837,92	6.591.584,20	241.846,73	5.467.803,59
Capitalização	-	-	-	-	-
PPR	11.732.703,14	84.837,92	6.591.584,20	241.846,73	5.467.803,59
Total	14.872.688,01	1.162.978,09	7.349.675,66	267.769,76	8.953.760,20

Euros					
2016					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	1.825.359,50	1.465.631,30	172.079,60	21.073,67	3.139.984,87
Capitalização	1.825.359,50	1.465.631,30	172.079,60	21.073,67	3.139.984,87
Valorizados ao custo amortizado	14.402.630,26	109.151,88	3.131.826,58	352.747,58	11.732.703,14
Capitalização	23.386,26	-	27.900,55	4.514,29	-
PPR	14.379.244,00	109.151,88	3.103.926,03	348.233,29	11.732.703,14
Total	16.227.989,76	1.574.783,18	3.303.906,18	373.821,25	14.872.688,01

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros			
2017			
Passivos financeiros	Justo valor – níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	3.485.956,61	-	3.485.956,61
Capitalização	3.485.956,61	-	3.485.956,61
Valorizados ao custo amortizado	-	5.798.322,32	5.798.322,32
Capitalização	-	-	-
PPR	-	5.798.322,32	5.798.322,32
Total	3.485.956,61	5.798.322,32	9.284.278,93

Euros			
2016			
Passivos financeiros	Justo valor – níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	3.139.984,87	-	3.139.984,87
Capitalização	3.139.984,87	-	3.139.984,87
Valorizados ao custo amortizado	-	12.469.786,96	12.469.786,96
Capitalização	-	-	-
PPR	-	12.469.786,96	12.469.786,96
Total	3.139.984,87	12.469.786,96	15.609.771,83

15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Euros		
Rubrica	2017	2016
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	2.358.102,30	1.330.947,63
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	155.674,68	150.622,55
Mediadores	298.731,09	329.504,98
Outros saldos credores por operações de seguro direto	1.903.696,53	850.820,10
Contas a pagar por operações de resseguro	32.854,06	71.542,96
Contas a pagar por outras operações	176.212,48	377.667,78
Fornecedores	165.714,72	193.775,07
Outros credores	10.497,76	183.892,71
Total	2.567.168,84	1.780.158,37

16. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Acréscimos de gastos com o pessoal	331.910,03	335.392,02
Subsídio de férias e mês de férias	243.126,58	245.625,46
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	88.783,45	89.766,56
Outros acréscimos de gastos	1.245.328,20	586.939,03
Incentivos a pessoal	229.132,47	303.246,80
Incentivos a mediadores	393.399,99	215.133,93
Trabalhos especializados	159.744,68	51.933,30
Outros acréscimos	463.051,06	16.625,00
Total	1.577.238,23	922.331,05

17. Capital

17.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2017, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Entidade acionista	2017		2016	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE – Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

17.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.661.163,76	1.105.728,38
Numero médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,40	0,26

17.3. Dividendos por ação

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2017, no montante de 1.661.163,76 euros (um milhão seiscentos e sessenta e um mil cento e sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva Legal: 166.116,38 euros (cento e sessenta e seis mil cento e dezasseis euros e trinta e oito cêntimos).

Reserva Livre: 1.495.047,38 euros (um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil e quarenta e sete euros e trinta e oito cêntimos).

18. Reservas

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2017 e 2016 em cada uma das reservas:

Euros				
2017				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	14.708.059,26	6.080.478,34	-	20.788.537,60
Ações/Unid. part. fundos invest.	2.111.527,93	584.204,19	-	2.695.732,12
Títulos de dívida	23.197.565,56	8.223.175,04	-	31.420.740,60
Participação nos resultados a atribuir	(10.601.034,23)	(2.726.900,89)	-	(13.327.935,12)
Reserva por impostos diferidos	(2.056.486,62)	(546.426,92)	-	(2.602.913,54)
Outras reservas	(2.056.936,77)	(793.268,02)	1.003.711,15	(1.846.493,64)
Reserva legal	678.220,34	110.572,84	-	788.793,18
Outras reservas	(1.276.013,44)	-	1.003.711,15	(272.302,29)
Reserva por impostos correntes	(1.459.143,67)	(903.840,86)	-	(2.362.984,53)
Total	10.594.635,87	4.740.783,40	1.003.711,15	16.339.130,42

Euros				
2016				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	19.510.545,94	660.786,49	(5.463.273,17)	14.708.059,26
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.450.741,44	660.786,49	-	2.111.527,93
Títulos de dívida	29.854.526,42	-	(6.656.960,86)	23.197.565,56
Participação nos resultados a atribuir	(11.794.721,92)	-	1.193.687,69	(10.601.034,23)
Reserva por impostos diferidos	(3.181.915,37)	-	1.125.428,75	(2.056.486,62)
Outras reservas	(2.468.000,73)	411.063,96	-	(2.056.936,77)
Reserva legal	635.675,29	42.545,05	-	678.220,34
Outras reservas	(1.657.646,77)	381.633,33	-	(1.276.013,44)
Reserva por impostos correntes	(1.446.029,25)	(13.114,42)	-	(1.459.143,67)
Total	13.860.629,84	1.071.850,45	(4.337.844,42)	10.594.635,87

O valor negativo de 1.846.493,64 euros, apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2017, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 euros.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

19. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2017, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 44.309.161,26 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

		Euros
2017		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		44.309.161,26
Relativos a contratos individuais	42.863.756,94	
Relativos a contratos de grupo	1.445.404,32	44.309.161,26
Periódicos	10.890.377,78	
Não periódicos	33.314.368,36	
Periódicos/Não periódicos	104.415,12	44.309.161,26
De contratos sem participação nos resultados	30.535.369,56	
De contratos com participação nos resultados	13.773.791,70	44.309.161,26
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		266.966,78

		Euros
2016		
Prémios brutos emitidos de seguro directo		43.640.219,25
Relativos a contratos individuais	41.421.410,96	
Relativos a contratos de grupo	2.218.808,29	43.640.219,25
Periódicos	10.401.964,82	
Não periódicos	33.238.254,43	
Periódicos/Não periódicos	-	43.640.219,25
De contratos sem participação nos resultados	21.482.760,40	
De contratos com participação nos resultados	22.157.458,85	43.640.219,25
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
Saldo de resseguro		424.765,93

Nos exercícios de 2017 e 2016, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	44.309.161,26	43.640.219,25
Prémios de resseguro cedido	1.049.030,46	735.488,48
Prémios líquidos de resseguro	43.260.130,80	42.904.730,77
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	57.774,67	7.646,20
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	15.667,87	1.456,36
Prémios não adquiridos (variação)	42.106,80	6.189,84
Total	43.218.024,00	42.898.540,93

Conceito	Euros	
	2017	2016
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	44.309.161,26	43.640.219,25
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	57.774,67	7.646,20
Prémios brutos adquiridos	44.251.386,59	43.632.573,05
Prémios de resseguro cedido	1.049.030,46	735.488,48
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	15.667,87	1.456,36
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.033.362,59	734.032,12
Total	43.218.024,00	42.898.540,93

20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	30.064.733,04	35.262.496,15
Montantes brutos	30.268.947,45	35.714.998,07
Parte dos resseguradores	204.214,41	452.501,92
Provisão para sinistros (variação)	438.571,99	(1.358.053,64)
Montantes brutos	572.642,29	(1.533.816,42)
Parte dos resseguradores	134.070,30	(175.762,78)
Total	30.503.305,03	33.904.442,51

Conceito	Euros	
	2017	2016
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	30.841.589,74	34.181.181,65
Montantes pagos	30.268.947,45	35.714.998,07
Provisão para sinistros (variação)	572.642,29	(1.533.816,42)
Custos com sinistros parte dos resseguradores	338.284,71	276.739,14
Montantes pagos	204.214,41	452.501,92
Provisão para sinistros (variação)	134.070,30	(175.762,78)
Total	30.503.305,03	33.904.442,51

21. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	7.068.943,19	-	7.068.943,19	11.778.160,82	-	11.778.160,82
Total	7.068.943,19	-	7.068.943,19	11.778.160,82	-	11.778.160,82

Euros

22. Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro (variação)	608.459,94	-	608.459,94	480.211,61	-	480.211,61
Total	608.459,94	-	608.459,94	480.211,61	-	480.211,61

Euros

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	8.673.076,11	-	8.673.076,11	(79.778,85)	-	(79.778,85)
Total	8.673.076,11	-	8.673.076,11	(79.778,85)	-	(79.778,85)

Euros

24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2017 e 2016:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Pessoal	3.490.107,52	2.689.870,61
Viagens e relações públicas	226.922,30	225.295,13
Locais e imóveis	176.676,47	167.438,51
Informática	606.249,34	442.892,64
Publicidade	134.221,59	236.680,36
Campanhas comerciais	109.486,22	128.703,43
Serviços profissionais externos	430.262,40	434.684,74
Outros gastos internos	607.147,99	414.984,46
Total	5.781.073,83	4.740.549,88

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários contratualizados nos exercícios de 2017 e de 2016 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	Euros	
	2017	2016
Serviços de revisão legal de contas	25.470,00	23.652,00
Outros serviços decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas	2.830,00	2.628,00
Outros serviços	8.100,00	8.100,00
Total	36.400,00	34.380,00

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros

2017				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	463.345,19	2.982.361,36	44.400,97	3.490.107,52
Fornecimentos e serviços externos	195.046,58	1.533.939,94	18.281,65	1.747.268,17
Impostos e taxas	3.297,67	21.302,82	344,65	24.945,14
Amortizações do exercício	13.235,76	86.594,94	1.339,46	101.170,16
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-
Comissões	-	-	417.582,84	417.582,84
Total	674.925,20	4.624.199,06	481.949,57	5.781.073,83

Euros

2016				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	342.386,92	2.311.530,84	35.952,85	2.689.870,61
Fornecimentos e serviços externos	170.458,28	1.505.837,96	17.756,41	1.694.052,65
Impostos e taxas	3.650,21	24.488,74	407,12	28.546,07
Amortizações do exercício	9.113,88	61.342,03	953,01	71.408,92
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-
Comissões	-	-	256.671,63	256.671,63
Total	525.609,29	3.903.199,57	311.741,02	4.740.549,88

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2017 e 2016, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Custos de aquisição	Euros	
	2017	2016
Custos imputados	3.468.716,81	2.923.018,62
Comissões de mediação	1.718.240,85	1.711.068,04
Outros	440.652,30	526.041,79
Total	5.627.609,96	5.160.128,45

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (“*Profit Commissions*”).

26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2017, era de 63, mais 3 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional / categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	2
Diretor	2
Gestor	7
Gestor comercial	2
Gestor operacional	3
Gestor técnico	2
Operacional	49
Coordenador operacional	14
Especialista operacional	35
Técnico	5
Técnico	5
Total	63

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2017 e 2016, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Remunerações	2.137.446,18	2.045.167,08
- Dos órgãos sociais	-	-
- Do pessoal	2.137.446,18	2.045.167,08
Encargos sobre remunerações	505.480,65	460.253,15
Benefícios pós-emprego	30.073,52	25.339,16
- Planos de contribuição definida	29.549,20	25.039,67
- Planos de benefícios definidos	524,32	299,49
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	683.734,13	1.306,64
Seguros obrigatórios	56.155,08	55.920,35
Gastos de ação social	10.999,67	9.142,10
Outros gastos com o pessoal	66.218,29	92.742,13
Total	3.490.107,52	2.689.870,61

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas auferir remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais. Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009 se mantinha em vigor no que às relações

de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo. Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária*	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano de 2012, conforme tabela anterior.
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano de 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do CCT/2008.
 - d. No ano de 2015, conforme tabela anterior.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.º e 51.º, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2017 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	29.549,20	25.039,67
Total	29.549,20	25.039,67

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19 o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 52 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2017, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de dois. Sendo que um deles é relativo a um colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012 e o outro, fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos dois colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = número de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$;
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na Atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na própria Companhia.

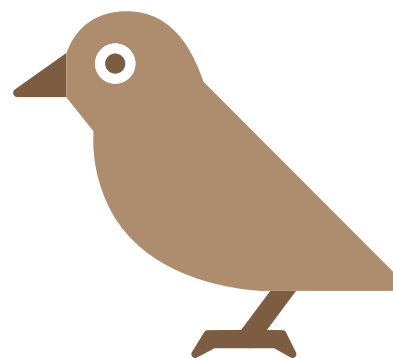
b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na própria Companhia.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices Universal Life a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices Universal Life constituídos pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.



c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

2017					Euros
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos	
8601291600610	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	1.818,69	
Total apólices Universal Life				1.818,69	
8601791100248	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.199,36	
Total apólices Universal Life				19.199,36	
Total apólices				21.018,05	

2016					Euros
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos	
201000022	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	3.483,03	
Total apólices Universal Life				3.483,03	
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	19.046,03	
Total apólices capital diferido				19.046,03	
Total apólices				22.529,06	

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada			Euros
Conceito	2017	2016	
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	1.818,69	3.483,03	
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	6.431,92	14.309,88	
Valor atual serviços passados – reformados	-	-	
Total	8.250,61	17.792,91	

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo			Euros
Conceito	2017	2016	
Valor responsabilidades janeiro	17.792,91	12.381,27	
Valor atual serviços passados – novos CCT/2008	-	3.483,03	
Custo serviço corrente	464,33	541,70	
Custo dos juros	202,84	178,29	
Resgates	-	-	
Ganhos atuariais	(10.209,47)	-	
Perdas atuariais	-	1.208,62	
Valor responsabilidades dezembro	8.250,61	17.792,91	

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Euros

Apólices Universal Life		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	3.483,03	-
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	-	3.483,03
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(1.664,34)	-
Valor ativos dezembro	1.818,69	3.483,03

Euros

Apólices Universal Life		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	19.046,03	18.689,06
Contribuições empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	142,85	420,50
Ganhos atuariais	10,48	-
Perdas atuariais	-	(63,53)
Valor ativos dezembro	19.199,36	19.046,03

Euros

Total de ativos		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	22.529,06	18.689,06
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	-	3.483,03
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(1.664,34)	-
Contribuições da empresa	-	-
Resgates	-	-
Retorno ativos	142,85	420,50
Ganhos atuariais	10,48	-
Perdas atuariais	-	(63,53)
Prestações pagas	-	-
Valor ativos dezembro	21.018,05	22.529,06

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas e) e f) anteriores, são relevados no balanço na linha de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2017	2016
Custo serviço corrente	464,33	541,70
Custo transferência de plano	-	-
Custo dos juros	202,84	178,29
Retorno ativos	(142,85)	(420,50)
Pagamentos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
Total	524,32	299,49

Euros

Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2017	2016
Excesso de cobertura – novos CCT/2008	(1.664,34)	-
Perdas atuariais	-	1.272,15
Ganhos atuariais	(8.555,61)	-
Total	(10.219,95)	1.272,15

A Companhia reconheceu, no exercício de 2017, em ganhos e perdas, uma perda de 524,32 euros e em capital próprio um ganho de 10.219,95 euros.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2017 de 1,49%;
- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 1,50% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,50% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 1,50%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,00%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;

- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$ em que,

- P = Prestação a pagar pela Companhia;
 - R = último salário efetivo no momento da reforma;
 - n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
 - S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10; e
 - $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.
- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora;
 - Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
 - Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,50%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2017, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2017.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,14% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2016 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

Conceito	Euros		
	2017	2016	2015
Valor das responsabilidades	8.250,61	17.792,91	12.381,27
Valor dos ativos	21.018,05	22.529,06	18.689,06
Excesso/(Insuficiência)	12.767,44	4.736,15	6.307,79
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	10.209,47	(1.208,62)	2.621,97
% sobre responsabilidades	123,74%	(6,79%)	21,18%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	10,48	(63,53)	1.619,75
% sobre ativos	0,05%	(0,28%)	8,67%

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros			
2017			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	11.638.716,15	-	11.638.716,15
de juros de títulos de dívida	10.358.767,76	-	10.358.767,76
dividendos de ações	511.244,20	-	511.244,20
rendimento custo amortizado	768.704,19	-	768.704,19
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	402.944,40	402.944,40
de juros de títulos de dívida	-	402.944,40	402.944,40
rendimento custo amortizado	-	-	-
De outros	-	3.231,09	3.231,09
de juros de depósitos em bancos	-	-	-
de empréstimos sobre apólices	-	3.231,09	3.231,09
Total	11.638.716,15	406.175,49	12.044.891,64

Euros			
2016			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	11.894.958,70	-	11.894.958,70
de juros de títulos de dívida	10.611.302,97	-	10.611.302,97
dividendos de ações	436.241,87	-	436.241,87
rendimento custo amortizado	847.413,86	-	847.413,86
De ativos classificados justo valor por via g&p	-	86.802,46	86.802,46
de juros de títulos de dívida	-	86.802,46	86.802,46
rendimento custo amortizado	-	-	-
De outros	-	3.230,14	3.230,14
de juros de depósitos em bancos	-	-	-
de empréstimos sobre apólices	-	3.230,14	3.230,14
Total	11.894.958,70	90.032,60	11.984.991,30

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros				
2017				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.549.760,87	-	21.277,60	1.571.038,47
Perdas em passivos financeiros	-	241.846,73	-	241.846,73
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	481.949,57	481.949,57
Total	1.549.760,87	241.846,73	503.227,17	2.294.834,77

Euros				
2016				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.558.398,42	-	764,54	1.559.162,96
Perdas em passivos financeiros	-	352.747,58	-	352.747,58
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	311.741,02	311.741,02
Total	1.558.398,42	352.747,58	312.505,56	2.223.651,56

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2017			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.271.423,39	468.403,78	803.019,61
de ações	561.571,16	110.311,11	451.260,05
Total	1.832.994,55	578.714,89	1.254.279,66

Euros			
2016			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.089.087,19	29.531,39	1.059.555,80
de ações	222.333,28	237.111,68	(14.778,40)
Total	1.311.420,47	266.643,07	1.044.777,40

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2017			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.537.702,18	63.101,60	1.474.600,58
de títulos de dívida	1.431.392,50	-	1.431.392,50
de fundos de investimento	106.309,68	63.101,60	43.208,08
Juro técnico dos passivos financeiros	-	25.923,03	(25.923,03)
Total	1.537.702,18	89.024,63	1.448.677,55

Euros			
2016			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	101.448,31	130.050,16	(28.601,85)
de títulos de dívida	4.343,13	84.134,86	(79.791,73)
de fundos de investimento	97.105,18	45.915,30	51.189,88
Juro técnico dos passivos financeiros	-	21.073,67	(21.073,67)
Total	101.448,31	151.123,83	(49.675,52)

32. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2017	2016
Outros rendimentos/gastos		
Gastos técnicos	147.029,73	336,77
Relativos ao ramo Vida	147.029,73	336,77
Outros	147.029,73	336,77
Rendimentos técnicos	68,56	3.072,22
Relativos ao ramo Vida	68,56	3.072,22
Outros	68,56	3.072,22
Total	(146.961,17)	2.735,45

33. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	12.800,30	4.747,64
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(174,20)	174,20
Total	12.626,10	4.921,84

34. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Outros rendimentos/gastos		
Outros gastos	100.160,89	15.643,50
Gastos e perdas não correntes	99.226,57	14.666,13
Multas e penalidades	317,77	286,58
Outros gastos	98.908,80	14.379,55
Gastos e perdas financeiras	934,32	977,37
Diferenças de câmbio desfavoráveis	574,06	971,93
Outros gastos e perdas financeiras	360,26	5,44
Outros rendimentos	51.965,43	17.883,35
Rendimentos e ganhos não correntes	9.500,19	922,99
Restituição de impostos	3.695,99	-
Outros	5.804,20	922,99
Rendimentos e ganhos financeiros	39.845,93	8.886,49
Juros obtidos	6.848,13	7.328,21
Diferenças de câmbio favoráveis	80,09	126,84
Outros rendimentos e ganhos financeiros	32.917,71	1.431,44
Outros	2.619,31	8.073,87
Ganhos com benefícios pós-emprego	-	-
Total	(48.195,46)	2.239,85

35. Relato por Segmentos

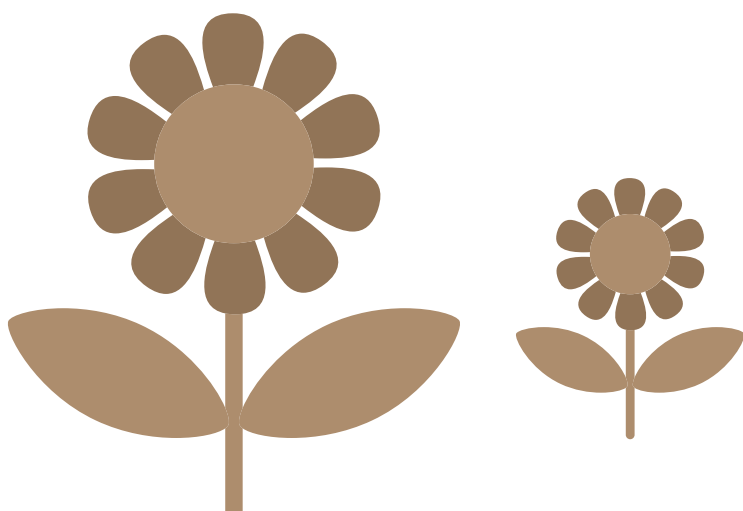
Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal *Life*, Capitalização e PPR's.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2017 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2017						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	13%	14%	8%	5%	42%	18%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	93%	7%

2016						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	13%	13%	8%	5%	40%	21%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	93%	7%



Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2017 e 2016:

Conta de ganhos e perdas	2017			
	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U.Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	43.218.024,00	16.681.022,68	18.770.532,22	7.766.469,10
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	30.503.305,03	9.249.432,79	6.634.704,81	14.619.167,43
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	7.068.943,19	4.730.419,87	6.102.953,54	(3.764.430,22)
Participação nos resultados líquida de resseguro	608.459,94	225.175,43	-	383.284,51
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	8.673.076,11	-	8.673.076,11	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	6.297.790,12	4.135.394,21	711.024,99	1.451.370,92
Rendimentos Financeiros	12.044.891,64	3.138.468,58	2.438.346,88	6.468.076,18
Gastos Financeiros	2.294.834,77	345.711,43	686.327,64	1.262.795,70
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.254.279,66	680.738,46	57.774,41	515.766,79
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.448.677,55	-	1.448.677,55	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(146.961,17)	(146.626,77)	(125,74)	(208,66)
Outras provisões (variação)	12.626,10	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(48.195,46)	-	-	-
Resultado antes de impostos	2.311.680,96	1.667.469,22	(92.881,77)	797.915,07
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	650.517,20			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	1.661.163,76	1.667.469,22	(92.881,77)	797.915,07

Euros

Euros

Conta de ganhos e perdas	2016			
	Ramos Vida Global	Rendas, Risco e Mistos	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42.898.540,93	16.429.613,52	17.538.776,03	8.930.151,38
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	33.904.442,51	7.514.665,14	7.736.769,69	18.653.007,68
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	11.778.160,82	6.672.121,71	10.994.489,90	(5.888.450,79)
Participação nos resultados líquida de resseguro	480.211,61	163.212,42	-	316.999,19
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(79.778,85)	-	(79.778,85)	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	6.104.603,62	4.040.809,51	742.865,34	1.320.928,77
Rendimentos Financeiros	11.984.991,30	3.075.655,26	1.913.796,41	6.995.539,63
Gastos Financeiros	2.223.651,56	323.075,13	478.222,50	1.422.353,93
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.044.777,40	519.917,71	60.578,46	464.281,23
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(49.675,52)	-	(49.675,52)	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	2.735,45	1.328,94	687,45	719,06
Outras provisões (variação)	4.921,84	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	2.239,85	-	-	-
Resultado antes de impostos	1.467.396,30	1.312.631,52	(408.405,75)	565.852,52
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	361.667,92			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	-			
Resultado depois de impostos	1.105.728,38	1.312.631,52	(408.405,75)	565.852,52

Nos exercícios de 2017 e de 2016, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação, não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

36. Entidades Relacionadas

36.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como “Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975 inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade holding, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007 impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é Seguradora de referência em Espanha, líder em Não Vida, a número 1 em seguros Não Vida na América Latina. Está no top 5 na Europa em Não Vida e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 30 milhões de clientes, 36.000 empregados, 5.400 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 84.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua

atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

36.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

36.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodríguez	MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.
Vitor Manuel da Silva Reis	
Juan Fernández Palacios	MAPFRE VIDA
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Como Secretário)

36.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2017	2016	2017	2016
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	216.174,99	233.376,25	264.823,36	288.153,66
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	11.385,55	8.851,06	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	401.526,19	235.063,47	2.417,00	3.736,00
Total	629.086,73	477.290,78	267.240,36	291.889,66

Euros

Conceito	Operações Gerais	
	2017	2016
Créditos e dívidas	(4.804,19)	(5.571,32)
Depósitos	251.758,62	199.539,75
Total	246.954,43	193.968,43

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2017	2016
Prémios adquiridos	1.032.509,01	734.032,12
Sinistros recebidos	204.214,41	452.501,92
Variação de provisões técnicas	134.070,30	(175.762,78)
Comissões	427.850,52	32.527,05
Juros sobre depósitos	-	-

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro Cedido	
	2017	2016
Créditos e dívidas	144.943,47	4.771,00
Provisões técnicas	1.388.163,27	1.249.670,42
Total	1.533.106,74	1.254.441,42

Euros

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017	Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanço			
Em Portugal		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
MAPFRE – Seguros Gerais	Seguradora/Segurado									39.969,23	212.310,95
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente		(4.804,19)								(2.746,80)
MAPFRE Assistência	Seguradora/Segurado										52.737,55
	Resseguradora			(31.165,68)	154.654,73	5,90	0,00		887,63		
MAPFRE Vida Seguros y Reaseguros Sobre La Vida Humana	Seguradora/Segurado										958,88
	Proprietário/Arrendatário									11.385,55	
Iberoassistência	Seguradora/Segurado										1.562,78
	Prestação serviços assistência/Apoio telefónico SIM24									43.252,36	
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										
	Resseguradora			(979,63)	7.580,63	(137,07)	0,00		719,00		
Em Espanha		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE – Seguros Vida	251.758,62								401.526,19	2.417,00
MAPFRE RE	Ressegurador			177.088,78	870.273,65	427.981,69	338.284,71		1.386.556,64		
MAPFRE Vida	Consultora Actuarial y Estudios Actuariales									8.812,62	
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático									124.140,78	
Total		251.758,62	(4.804,19)	144.943,47	1.032.509,01	427.850,52	338.284,71	0,00	1.388.163,27	629.086,73	267.240,36

37. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

37.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “*Market Consistent Embedded Value*”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Um aumento da mortalidade em 5 pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte podendo reduzir o “*Value In-Force*” (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias.
- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em 1 ponto percentual pode reduzir o “VIF”, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no “VIF”:

2017			Euros
Varição	Contratos seguro	Contratos de investimento	Total
“ <i>Value In-Force</i> ” (VIF) do negócio	14.230.468,00	(70.011,00)	14.160.457,00
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	(256.178,00)	(449,00)	(256.627,00)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(1.940.715,00)	(20.120,00)	(1.960.835,00)

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do “*Market Consistent Embedded Value*” (sem gastos de administração) foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR's e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2017	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(13.292.922,54)
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	15.622.089,15

Euros

2016	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(7.568.000,00)
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	8.086.000,00

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

2017							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	5.661.981,00	6.306.195,53	3.491.739,32	2.312.244,09	18.770.532,22	7.766.469,10	44.309.161,26
Prémios de resseguro cedido	-	1.032.793,12	10.375,71	5.861,63	-	-	1.049.030,46
% Composição da carteira	12,8%	14,2%	7,9%	5,2%	42,4%	17,5%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	83,6%	99,7%	99,7%	100,0%	100,0%	97,6%

Euros

2016							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	5.785.838,04	5.587.859,70	3.607.879,18	2.189.714,92	17.538.776,03	8.930.151,38	43.640.219,25
Prémios de resseguro cedido	-	719.628,47	10.710,43	5.149,58	-	-	735.488,48
% Composição da carteira	13,3%	12,8%	8,3%	5,0%	40,2%	20,5%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	87,1%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	98,3%

2017

Contratos de Resseguro		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota Parte	✓		
	Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não Proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

37.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 12% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 52% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 64% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detêm 36% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2017	2016
Provisão para sinistros	1.239.973,10	1.105.902,80
Provisão para prémios não adquiridos	148.308,10	143.767,62
Créditos por operações de resseguro cedido	177.088,78	76.313,96
Dívidas por operações de resseguro cedido	(32.145,31)	(71.542,96)
Total posição líquida	1.533.224,67	1.254.441,42

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico	
	2017	2016
A	1.533.224,67	1.324.476,65
BBB	-	(70.035,23)
Total posição líquida	1.533.224,67	1.254.441,42

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2017 e 2016:

Euros

Conceito	2017							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão matemática	43.217.240,61	51.406.318,87	35.957.622,57	27.907.841,68	23.732.897,70	121.383.893,88	303.605.815,31	
Provisão para sinistros	7133.587,07	468.662,28	353.044,60	385.506,27	338.239,87	685.546,33	9.364.586,42	
Provisão para participação nos resultados	846.769,07	369,00	4,87	0,21	6,55	79.579,73	926.729,43	
Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	-	-	-	-	-	750.996,93	
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	669.158,99	883.693,14	1.057.824,07	1.031.883,64	693.624,72	5.006.012,91	9.342.197,47	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.041.672,98	768.538,58	786.436,63	645.413,63	516.970,72	4.183.336,02	9.942.368,56	
Dívidas por operações de seguro direto	2.358.102,30	-	-	-	-	-	2.358.102,30	
Dívidas por operações de resseguro	32.854,06	-	-	-	-	-	32.854,06	
Total posição líquida	58.050.382,01	53.527.581,87	38.154.932,74	29.970.645,43	25.281.739,56	131.338.368,87	336.323.650,48	

Euros

Conceito	2016							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Provisão matemática	30.698.308,77	45.080.511,52	49.507.968,89	33.556.478,68	23.623.382,56	117.492.672,55	299.959.322,97	
Provisão para sinistros	6.343.269,02	319.636,38	241.352,37	191.234,61	183.848,89	459.726,41	7.739.067,69	
Provisão para participação nos resultados	540.011,31	48.148,54	158.959,13	169.659,08	191.900,12	2.353.307,21	3.461.985,39	
Provisão para prémios não adquiridos	750.413,25	-	-	-	-	-	750.413,25	
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	539.837,12	16.633,27	-	-	-	-	556.470,39	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.946.814,18	2.978.069,78	1.026.367,54	1.865.314,58	579.686,75	2.635.740,08	16.031.992,91	
Dívidas por operações de seguro direto	1.330.947,63	-	-	-	-	-	1.330.947,63	
Dívidas por operações de resseguro	71.542,96	-	-	-	-	-	71.542,96	
Total posição líquida	47.221.144,24	48.442.999,49	50.934.647,93	35.782.686,95	24.578.818,32	122.941.446,25	329.901.743,19	

37.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método “*pro-rata temporis*”, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

37.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2017 e 2016:

2017	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	70%
Rácio de custos de exploração	15%
Rácio combinado	86%
Rácio operacional	90%

* Calculados brutos de resseguro cedido

2016	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	78%
Rácio de custos de exploração	15%
Rácio combinado	94%
Rácio operacional	98%

* Calculados brutos de resseguro cedido

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

38.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

38.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

2017					Euros
Classificação creditícia dos emissores	Valor mercado			Total	
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	-	-	-	-	
AA	-	5.859.280,00	-	5.859.280,00	
A	-	15.808.560,00	5.882.840,00	21.691.400,00	
BBB	264.254.631,08	17.349.580,00	10.633.804,91	292.238.015,99	
BB ou menor	-	-	-	-	
NR	-	-	995.770,00	995.770,00	
Total	264.254.631,08	39.017.420,00	17.512.414,91	320.784.465,99	

2016					Euros
Classificação creditícia dos emissores	Valor mercado			Total	
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	-	-	-	-	
AA	507.290,00	3.847.410,00	847.730,00	5.202.430,00	
A	-	16.611.970,00	1.548.790,00	18.160.760,00	
BBB	115.576.830,00	11.981.390,00	8.083.250,00	135.641.470,00	
BB ou menor	144.057.371,33	-	-	144.057.371,33	
NR	-	-	-	-	
Total	260.141.491,33	32.440.770,00	10.479.770,00	303.062.031,33	

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

2017						Euros
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total	
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	15.283.444,97	7.252.866,13	320.784.465,99	262.309,30	343.583.086,39	
Franco Suíço	887.998,15	-	-	-	887.998,15	
Libras	403.332,13	-	-	-	403.332,13	
Total	16.574.775,25	7.252.866,13	320.784.465,99	262.309,30	344.874.416,67	

2016						Euros
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total	
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	13 584 941,54	6 798 157,55	303 062 031,33	327 032,35	323 772 162,77	
Franco Suíço	726 467,88	-	-	-	726 467,88	
Libras	327 628,97	-	-	-	327 628,97	
Total	14 639 038,39	6 798 157,55	303 062 031,33	327 032,35	324 826 259,62	

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros									
2017									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	22.976.863,05	-	-	-	5.446.710,43	5.536.839,38	11.993.313,24	2,4692	5,3699
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	297.807.602,94	18.647.459,34	43.326.567,90	2.178.831,97	30.584.029,19	34.878.032,92	168.192.681,62	3,3477	5,3183
Total	320.784.465,99	18.647.459,34	43.326.567,90	2.178.831,97	36.030.739,62	40.414.872,30	180.185.994,86	-	-

Euros									
2016									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	10.000.707,30	-	-	-	-	5.078.230,69	4.922.476,61	2,6969	4,3539
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	293.061.324,03	38.396.917,12	22.506.109,62	47.812.626,83	2.753.064,94	35.117.414,33	146.475.191,19	3,6334	4,9579
Total	303.062.031,33	38.396.917,12	22.506.109,62	47.812.626,83	2.753.064,94	40.195.645,02	151.397.667,80	-	-

No quadro que se segue mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

		Euros	
Capital próprio	2017	2016	
Capital próprio	39.000.294,18	32.700.364,25	
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro			
Impacto no capital próprio	(7.479.414,95)	(6.543.837,66)	
Capital próprio após o impacto	31.520.879,23	26.156.526,59	
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro			
Impacto no capital próprio	7.479.414,95	6.543.837,66	
Capital próprio após o impacto	46.479.709,13	39.244.201,91	

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

			Euros
			2017
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de rendimento variável	23.827.641,38	7.660.000,00	

			Euros
			2016
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de rendimento variável	21.437.195,94	8.950.000,00	

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição por setor, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2017 e 2016:

		Euros	
Setor de atividade	2017	2016	
Dívida Pública e de Outros Emissores Públicos	264.254.631,08	260.141.484,33	
Instituições Financeiras	56.350.336,61	43.357.746,18	
Energia	8.583.943,18	7.456.013,00	
Indústrias	4.600.813,35	3.116.759,61	
Petrolíferas	4.947.853,79	5.822.662,03	
Comunicações	4.654.702,84	2.754.295,26	
Distribuição	556.653,33	501.339,58	
Tecnológicas	497.797,69	1.197.747,73	
Imobiliário	165.375,50	151.179,55	
Total	344.612.107,37	324.499.227,27	

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2017 e 2016:

Euros

Conceito	2017							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.028.856,96	-	-	-	-	-	-	7.028.856,96
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.685.246,10	49.751.369,41	25.254.173,21	39.062.287,13	43.920.608,01	179.039.530,45	-	374.713.214,31
Empréstimos concedidos e contas a receber	38.114,00	35.441,94	11.476,23	35.239,92	34.570,78	106.662,54	-	261.505,41
Contas a receber por operações de seguro direto	2.637.546,46	-	-	-	-	-	-	2.637.546,46
Contas a receber por operações de resseguro	177.088,78	-	-	-	-	-	-	177.088,78
Total Ativo	47.566.852,30	49.786.811,35	25.265.649,44	39.097.527,05	43.955.178,79	179.146.192,99	-	384.818.211,92
Passivo								
Provisão matemática	43.217.240,61	51.406.318,87	35.957.622,57	27.907.841,68	23.732.897,70	121.383.893,88	-	303.605.815,31
Provisão para sinistros	7.133.587,07	468.662,28	353.044,60	385.506,27	338.239,87	685.546,33	-	9.364.586,42
Provisão para participação nos resultados	846.769,07	369,00	4,87	0,21	6,55	79.579,73	-	926.729,43
Provisão para prémios não adquiridos	750.996,93	-	-	-	-	-	-	750.996,93
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	669.158,99	883.693,14	1.057.824,07	1.031.883,64	693.624,72	5.006.012,91	-	9.342.197,47
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.041.672,98	768.538,58	786.436,63	645.413,63	516.970,72	4.183.336,02	-	9.942.368,56
Dívidas por operações de seguro direto	2.358.102,30	-	-	-	-	-	-	2.358.102,30
Dívidas por operações de resseguro	32.854,06	-	-	-	-	-	-	32.854,06
Total Passivo	58.050.382,01	53.527.581,87	38.154.932,74	29.970.645,43	25.281.739,56	131.338.368,87	-	336.323.650,48

Euros

Conceito	2016							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.998.004,05	-	-	-	-	-	-	3.998.004,05
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.514.555,18	48.867.627,00	50.790.877,00	11.247.727,00	41.078.452,00	161.889.490,69	361.388.728,87	
Empréstimos concedidos e contas a receber	92.124,80	34.414,00	33.967,58	10.646,23	33.550,92	122.639,78	327.343,31	
Contas a receber por operações de seguro direto	2.900.660,97	-	-	-	-	-	2.900.660,97	
Contas a receber por operações de resseguro	76.313,96	-	-	-	-	-	76.313,96	
Total Ativo	54.581.658,96	48.902.041,00	50.824.844,58	11.258.373,23	41.112.002,92	162.012.130,47	368.691.051,16	
Passivo								
Provisão matemática	30.698.308,77	45.080.511,52	49.507.968,89	33.556.478,68	23.623.382,56	117.492.672,55	299.959.322,97	
Provisão para sinistros	6.343.269,02	319.636,38	241.352,37	191.234,61	183.848,89	459.726,41	7.739.067,69	
Provisão para participação nos resultados	540.011,31	48.148,54	158.959,13	169.659,08	191.900,12	2.353.307,21	3.461.985,39	
Provisão para prémios não adquiridos	750.413,25	-	-	-	-	-	750.413,25	
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	539.837,12	16.633,27	-	-	-	-	556.470,39	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.946.814,18	2.978.069,78	1.026.367,54	1.865.314,58	579.686,75	2.635.740,08	16.031.992,91	
Dívidas por operações de seguro direto	1.330.947,63	-	-	-	-	-	1.330.947,63	
Dívidas por operações de resseguro	71.542,96	-	-	-	-	-	71.542,96	
Total Passivo	47.221.144,24	48.442.999,49	50.934.647,93	35.782.686,95	24.578.818,32	122.941.446,25	329.901.743,19	

39. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

39.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rígida seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;

- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o “*rating A*” da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitam demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2017.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

39.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo “*standard*” de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2017, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2017	2016
Geral	62,82	63,06
Desenvolvimento de produtos	64,46	64,12
Emissão	64,35	64,35
Sinistros	61,32	61,32
Gestão administrativa	58,12	58,49
Atividades comerciais	60,87	61,26
Recursos humanos	59,96	60,17
Comissões	60,48	60,48
Cosseguro/Resseguro	63,20	63,49
Provisões técnicas	61,46	61,46
Investimentos	62,30	62,30
Sistemas tecnológicos	60,30	61,36
Atendimento ao cliente	62,74	63,18

40. Elementos Extrapatrimoniais

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor até ao ano de 2021, fluxos futuros contratualizados no valor de 36.353,89 euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2018	2019	2020	2021
<i>Leasing</i> operacional com viaturas	13.120,68	13.120,68	9.416,63	695,90
Total	13.120,68	13.120,68	9.416,63	695,90

Euros

41. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

42. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

42.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

42.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam

separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados.

Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

De acordo com as alterações à “IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016)”, a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que cumpre os critérios especificados, adotou a exceção temporária à IFRS 9 e manterá a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Não obstante, a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do *leasing*), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

42.3. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor);
- Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. não antecipa qualquer impacto destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Lisboa, 14 de março de 2018

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernández Palácios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.1. (2017)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.582.000,00	107,93		1.707.524,90	122,43	1.936.840,60
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		21.484.500,00	114,41		24.580.598,88	124,26	26.696.154,65
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	120,96	6.367.309,00
PTOTECOEO029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		950.000,00	112,43		1.068.047,00	114,48	1.087.546,91
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		29.308.000,00	98,91		28.989.080,02	110,98	32.526.706,09
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	103,00		26.801.617,09	109,72	28.549.571,96
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		4.875.000,00	105,49		5.142.540,00	104,64	5.101.202,20
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.940.000,00	119,17		13.037.681,49	132,31	14.474.608,55
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		5.612.000,00	109,23		6.129.867,86	119,73	6.719.219,25
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.285.000,00	98,89		7.203.822,85	108,99	7.940.049,89
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.765.000,00	101,74		4.847.736,58	110,50	5.265.338,69
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		17.130.000,00	103,50		17.730.397,20	122,75	21.026.880,42
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	115,31	12.936.511,00
	Subtotal	0	146.434.500,00			153.723.573,62		170.627.939,21
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
PTGALLOM0004	GALP ENERGIA SGPS S.A. 1,02 2/2023		1.000.000,00	99,69		996.910,00	99,58	995.772,19
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,579000001 5/2025		3.840.152,27	103,00		3.955.356,84	107,18	4.116.024,65
	Subtotal		4.840.152,27			4.952.266,84		5.111.796,84
	Subtotal 2.1.2.	0	151.274.652,27			158.675.840,46		175.739.736,05
	Subtotal 2.1.	0	151.274.652,27			158.675.840,46		175.739.736,05
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG	4.602			64,42	296.450,12	70,46	324.264,45
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.267			133,70	169.392,31	210,79	267.066,28
CH0038863350	NESTLE S.A.	4.140			40,40	167.250,10	71,66	296.667,42
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	31.605			13,98	441.895,01	14,79	467.595,97
DE0007164600	SAP SE	4.414			69,45	306.560,35	93,45	412.488,30
DE0007236101	SIEMENS AG	4.717			92,57	436.657,72	116,15	547.879,55
DE0008404005	ALLIANZ SE	366			172,95	63.299,05	191,50	70.089,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.754			156,22	274.018,50	180,75	317.035,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	4.523			68,80	311.203,81	104,00	470.392,00
DE000ENAG999	E.ON SE	14.631			7,44	108.847,74	9,06	132.571,49
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.468			9,72	14.275,85	26,00	38.168,00

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	14.635			9,20	134.687,35	11,30	165.375,50
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	24.564			12,35	303.303,87	18,55	455.662,20
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	96.029			6,41	615.105,47	7,11	682.958,24
ES0113679137	BANKINTER	15.576			2,85	44.391,37	7,90	123.112,70
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	185.892			4,59	853.765,74	5,48	1.018.502,26
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	12.575			18,58	233.602,08	19,25	242.068,75
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	7.480			10,33	77.257,09	11,40	85.309,39
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	13.000			17,28	224.639,79	18,92	246.024,99
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.615			5,36	78.365,48	4,30	62.888,33
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	71.509			4,14	296.231,37	3,89	278.098,49
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	133.605			4,59	613.298,07	6,46	863.088,30
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	17.000			32,99	560.840,68	29,05	493.765,00
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	11.058			23,26	257.205,15	32,62	360.711,96
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	24,42	180.598,44
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	5.931			12,46	73.910,92	18,71	110.969,01
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	35.032			10,14	355.352,56	14,75	516.546,84
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	91.027			9,94	904.993,02	8,12	739.594,36
ES06735169B1	REPSOL YPF,S.A.	35.032			0,39	13.592,41	0,38	13.277,12
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.173			101,38	118.916,59	105,05	123.223,65
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.154			42,74	818.575,23	46,05	881.945,93
FR0000120578	SANOFI	4.680			71,59	335.061,67	71,85	336.258,00
FR0000120644	DANONE S.A.	6.070			54,09	328.347,07	69,95	424.596,50
FR0000125486	VINCI S.A.	2.552			50,13	127.939,00	85,15	217.302,80
FR0000127771	VIVENDI SA	15.043			18,83	283.227,97	22,42	337.264,06
FR0000131104	BNP PARIBAS SA. PARIS	14.812			47,69	706.383,40	62,25	922.047,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	28.785			12,30	353.992,97	14,47	416.662,87
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.844			13,53	309.080,26	14,33	327.468,73
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.714			5,95	33.981,94	8,63	49.294,86
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.845			17,13	117.243,37	14,88	101.833,78
GB0031348658	BARCLAYS PLC	23.171			2,28	52.922,17	2,28	52.939,21
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	6.388			23,49	150.053,08	27,78	177.490,57
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	75.377			2,24	168.558,08	2,64	199.264,28
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	70.181			2,85	200.241,96	2,77	194.401,37
IT0003128367	ENEL SPA	106.869			4,41	470.946,43	5,13	548.237,97
IT0003132476	ENI SPA	28.777			14,94	429.811,47	13,80	397.122,60
NL0000009355	UNILEVER PLC	7.913			36,37	287.768,50	46,95	371.554,91
NL0011821202	ING GROEP N.V.	33.481			14,41	482.370,13	15,32	513.096,32
Subtotal		1.345.270				14.152.267,83		16.574.775,25
2.2.2.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	358.035				2.125.558,96	6,03	2.159.353,81
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	103.527				638.000,00	6,36	657.922,15
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	107.262				683.200,00	6,70	718.642,05
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	9,61	240.125,92
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I	8.807				127.862,57	15,54	136.868,12
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780				900.680,96	73,12	934.473,60
FR0012386696	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	1.188				120.154,80	101,09	120.097,29
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	310,18	1.204.863,19
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400				1.101.001,89	23,80	1.080.520,00
Subtotal		665.881				6.881.476,83		7.252.866,13

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		2.011.151		0,00		21.033.744,66		23.827.641,38
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	148,85	1.004.751,98
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	99,07	4.161.013,94
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	142,36	6.064.627,92
ES00000121A5	TESORO PÚBLICO 4,1 7/2018		450.000,00	111,53		501.868,40	104,39	469.770,11
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	129,12	129.118,24
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	139,21	34.802,81
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	128,60	3.787.277,05
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	114,87	344.607,17
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	121,88	12.005.453,28
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	140,15	5.844.268,45
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	128,52	3.309.445,07
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	99,23	2.778.411,13
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	102,68		3.593.775,12	104,56	3.659.592,33
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	122,55	2.787.957,67
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	149,42	3.533.713,68
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018		4.000.000,00	103,38		4.135.252,91	104,19	4.167.456,84
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,01	2.138.522,25
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	146,33	4.676.815,35
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		4.800.000,00	102,90		4.939.407,50	106,02	5.088.800,44
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		2.300.000,00	110,72		2.546.596,72	121,66	2.798.277,98
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	81,51		3.260.209,79	98,32	3.932.860,27
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	104,77		3.666.950,00	113,33	3.966.697,37
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	85,46	598.225,76
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	74,23	519.614,01
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.440.000,00	92,61		5.038.091,27	132,11	7.186.568,30
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		400.000,00	99,10		396.400,00	99,38	397.511,57
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	142,01	497.021,16
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	104,22		1.563.270,00	102,30	1.534.573,86
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.250.000,00	102,29		4.347.463,26	107,08	4.550.944,51
Subtotal		0	77.210.000,00			76.491.146,80		91.968.700,50
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	123,83	1.238.296,22
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	100,34		401.360,00	104,92	419.697,42
Subtotal		0	1.400.000,00			1.390.360,00		1.657.993,64

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	108,93	5.446.710,43
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	106,16	5.307.956,68
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	97,20		486.000,00	104,98	524.883,78
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.000.000,00	98,54		1.970.715,90	104,31	2.086.135,62
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	114,49	2.060.892,27
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	121,78	5.175.453,18
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	98,93		890.367,00	109,59	986.340,03
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	99,26		893.349,00	113,35	1.020.133,91
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	99,34		248.346,07	110,07	275.186,44
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		350.000,00	107,84		377.447,70	106,17	371.595,54
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		4.000.000,00	91,99		3.679.450,00	94,00	3.760.062,80
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	125,50	753.025,06
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	105,04		210.079,87	108,42	216.834,79
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	99,57		298.719,00	104,18	312.551,64
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		750.000,00	124,17		931.253,25	127,84	958.780,86
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	99,46		596.760,00	110,82	664.925,51
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.500.000,00	100,08		2.502.013,55	109,79	2.744.635,94
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	107,03		792.022,00	119,37	883.344,86
XS0801636902	NORDEA BANK AB. SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	115,03	3.773.147,32
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	115,31	345.933,51
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	99,69		697.802,00	106,67	746.677,89
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	99,56		238.955,29	103,89	249.328,28
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2021		200.000,00	106,36		212.720,00	107,47	214.940,69
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 111/2021		1.000.000,00	102,43		1.024.300,00	102,90	1.028.977,16
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		2.100.000,00	99,92		2.098.404,00	104,50	2.194.409,10
XS1382792197	DEUTSCHE TELEKOM INTERNATIONAL 0,625 4/2023		1.700.000,00	101,07		1.718.190,00	101,36	1.723.126,53
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	106,31	425.259,07
XS1611255719	BANCO SANTANDER SA 0,891 5/2024		500.000,00	100,25		501.250,00	103,29	516.426,83
XS1615065320	SANTANDER UK GROUP HOLDINGS PL 0,451 5/2023		2.200.000,00	101,48		2.232.494,00	101,96	2.243.066,10
XS1616341829	SOCIETE GENERALE (PARIS) 0,471 5/2024		2.500.000,00	102,06		2.551.375,00	102,56	2.564.086,94
XS1626933102	BNP PARIBAS SA. PARIS 0,424 6/2024		1.300.000,00	100,42		1.305.408,00	102,41	1.331.323,14
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,451 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	102,38	511.883,90
	Subtotal	0	47.560.000,00			47.050.062,65		51.418.035,80
	Subtotal 2.2.2.	0	126.170.000,00			124.931.569,45		145.044.729,94
	Subtotal 2.2.	2.011.151	126.170.000,00			145.965.314,11		168.872.371,32
2.3. Derivados de negociação								
	Subtotal 2.3.							
2.4. Derivados de cobertura								
	Subtotal 2.4.							
	Total 2	2.011.151	277.444.652,27			304.641.154,57		344.612.107,37
	Total geral	2.011.151	277.444.652,27			304.641.154,57		344.612.107,37

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.2. (2016)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEAOE0021	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		12.214.500,00	116,19		14.192.595,04	112,43	13.733.227,06
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017		23.900.000,00	96,47		23.057.422,70	104,57	24.992.960,75
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	103,00		26.801.617,09	112,77	29.343.618,51
PTOTENOE0018	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		4.875.000,00	105,49		5.142.540,00	108,87	5.307.540,90
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		16.344.000,00	97,01		15.855.763,01	110,94	18.132.199,27
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		13.440.000,00	118,88		15.977.002,99	119,61	16.075.300,56
PTOTE5OE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.032.000,00	103,08		1.063.832,40	99,13	1.023.000,43
PTOTEROE0014	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		3.517.000,00	107,64		3.785.756,11	99,45	3.497.830,59
PTOTEKOE0011	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		2.588.000,00	105,46		2.729.244,92	95,63	2.474.901,69
PTOTESOE0013	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		22.275.000,00	99,44		22.150.299,05	99,25	22.107.961,93
PTOTEBOE0020	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	95,18	5.010.414,87
PTOTETOE0012	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		2.500.000,00	95,35		2.383.750,00	94,34	2.358.412,43
	Subtotal	0	133.969.500,00			138.582.404,85		144.057.368,99
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	133.969.500,00			138.582.404,85		144.057.368,99
	Subtotal 2.1.	0	133.969.500,00			138.582.404,85		144.057.368,99

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG	4.108			63,17	259.490,63	69,13	283.968,52
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.034			111,59	115.384,62	216,99	224.363,30
CH0038863350	NESTLE S.A.	3.201			31,58	101.073,70	68,15	218.136,06
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	24.908			13,12	326.902,65	16,35	407.370,33
DE0007164600	SAP SE	5.502			67,31	370.352,70	82,81	455.620,62
DE0007236101	SIEMENS AG	5.827			89,56	521.864,00	116,80	680.593,60
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.633			150,22	245.313,18	179,65	293.368,45
DE000BAY0017	BAYER A.G.	4.502			65,33	294.132,80	99,13	446.283,26
DE000ENAG999	E.ON SE	14.631			7,44	108.847,74	6,70	98.027,70
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.468			9,72	14.275,85	13,12	19.252,82
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	14.635			9,30	136.140,42	10,33	151.179,55
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	25.549			12,28	313.703,06	13,29	339.673,95
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	103.661			6,36	659.430,90	6,41	664.881,65
ES0113679137	BANKINTER	15.576			2,85	44.391,37	7,36	114.639,36
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	221.848			4,58	1.016.694,51	4,96	1.100.144,21
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	11.678			18,11	211.463,03	17,91	209.152,98
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	5.911			9,92	58.619,13	10,41	61.533,51
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.615			5,36	78.365,48	4,66	68.178,97
ES0130960018	ENAGAS	10.516			21,78	229.064,84	24,13	253.698,50
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	169.614			4,39	745.252,57	6,23	1.057.373,67
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	3.730			27,14	101.228,05	32,43	120.963,90
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	15.185			24,56	372.901,70	30,02	455.853,70
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	7.984			12,56	100.271,12	17,93	143.113,20
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	46.812			10,81	505.942,19	13,42	628.217,04
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	86.624			9,93	859.907,20	8,82	764.023,68
ES0673516995	REPSOL YPF,S.A.	46.812			0,35	16.571,44	0,35	16.477,81
FR0000120172	CARREFOUR SA	13.639			26,84	366.096,81	22,89	312.196,71
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.304			42,74	825.145,05	48,72	940.490,88
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	4.156			69,81	290.129,98	76,90	319.596,40
FR0000120644	DANONE S.A.	5.400			51,71	279.237,85	60,20	325.080,00
FR0000125486	VINCI S.A.	2.552			50,13	127.939,00	64,70	165.114,40
FR0000127771	VIVENDI SA	13.940			18,95	264.168,47	18,05	251.686,69
FR0000131104	BNP PARIBAS SA. PARIS	15.509			46,92	727.707,38	60,55	939.069,95
FR0000133308	ORANGE S.A.	24.388			11,91	290.373,19	14,43	352.040,77
FR0010208488	ENGIE S.A.	19.025			15,16	288.511,84	12,12	230.583,00
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.714			5,95	33.981,94	7,69	43.939,45
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.845			17,13	117.243,37	18,29	125.161,18
GB0031348658	BARCLAYS PLC	23.171			2,28	52.922,17	2,62	60.609,43
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	7.413			23,02	170.623,69	25,98	192.626,80
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	41.855			2,10	87.715,84	2,34	97.918,91
IT0003128367	ENEL SPA	57.106			4,08	232.782,31	4,19	239.159,92
IT0003132476	ENI SPA	26.822			14,95	400.907,71	15,47	414.936,34
NL0000009355	UNILEVER PLC	5.459			31,01	169.265,71	39,11	213.528,78
NL0011821202	ING GROEP N.V.	10.412			12,95	134.870,35	13,37	139.208,44
	Subtotal	1.170.274				12.667.207,54		14.639.038,39

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	347.538			5,93	2.060.396,00	6,00	2.086.832,98
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	74.723			6,09	455.000,00	6,21	463.898,27
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	54.644			6,13	335.000,00	6,39	349.058,99
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233			7,57	600.000,01	8,77	694.547,62
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I	8.807			14,52	127.862,57	15,51	136.626,45
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780			70,48	900.680,96	66,78	853.384,50
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.885			246,37	957.017,65	322,95	1.254.506,74
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400			24,25	1.101.001,89	21,13	959.302,00
Subtotal		627.011				6.536.959,08		6.798.157,55
2.2.2.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		1.797.285				19.204.166,62		21.437.195,94
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	153,57	1.036.602,09
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	97,32	4.087.362,31
ES00000120J8	TESORO PÚBLICO 3,8 1/2017		1.970.000,00	98,54		1.941.246,27	103,83	2.045.478,22
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	147,01	6.262.570,38
ES00000121A5	TESORO PÚBLICO 4,1 7/2018		450.000,00	111,53		501.868,40	108,69	489.119,95
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		1.000.000,00	127,98		1.279.790,00	131,16	1.311.644,52
ES00000121O6	TESORO PÚBLICO 4,3 10/2019		1.775.000,00	114,54		2.033.105,60	113,09	2.007.389,39
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	143,95	35.986,45
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		3.545.000,00	102,99		3.650.912,44	129,85	4.603.239,12
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		1.400.000,00	111,96		1.567.500,00	118,78	1.662.954,55
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	126,41	12.451.430,23
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	143,02	5.963.819,16
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.395.000,00	110,33		2.642.403,10	132,74	3.179.232,45
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	97,75	2.736.960,88
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	102,68		3.593.775,12	109,35	3.827.340,89
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		3.075.000,00	111,62		3.432.252,50	124,42	3.825.943,68
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	154,60	3.656.353,18
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018		6.000.000,00	104,01		6.240.432,91	108,10	6.486.142,63
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	139,14	2.204.042,33
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.296.000,00	125,25		4.128.364,94	151,73	5.001.018,32
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		5.100.000,00	103,21		5.263.557,50	108,67	5.542.043,10
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		1.900.000,00	106,31		2.019.903,59	122,39	2.325.474,20
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	75,21		3.008.580,64	96,58	3.863.027,71
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	104,77		3.666.950,00	112,92	3.952.043,61
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	83,50	584.518,92
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	74,17	519.201,71
ES0000012783	TESORO PÚBLICO 5,5 7/2017		7.535.000,00	105,73		7.967.078,51	105,73	7.966.827,46
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.560.000,00	92,52		5.144.012,38	136,18	7.571.469,68
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017		500.000,00	100,17		500.845,30	101,46	507.286,53
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	147,81	517.317,53
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	104,22		1.563.270,00	106,98	1.604.769,01
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.500.000,00	102,30		4.603.533,26	111,44	5.015.023,18
Subtotal		0	94.180.000			94.515.367,03		112.843.633,37

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017		1.450.000,00	97,03		1.406.905,01	104,37	1.513.336,50
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	128,70	1.286.960,31
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	100,34		401.360,00	110,05	440.185,16
	Subtotal	0	2.850.000			2.797.265,01		3.240.481,97
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	101,56	5.078.230,69
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	98,45	4.922.476,61
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	97,20		486.000,00	109,60	548.003,52
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.250.000,00	98,27		2.211.090,90	108,38	2.438.510,17
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	117,15	2.108.610,10
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	125,21	5.321.342,80
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	98,93		890.367,00	113,72	1.023.467,40
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	99,26		893.349,00	114,11	1.026.962,11
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	99,34		248.346,07	114,54	286.348,01
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FINANCE BV 6,375 5/2017		300.000,00	99,88		299.652,00	106,51	319.526,42
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		930.000,00	110,05		1.023.451,70	112,11	1.042.580,57
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	131,11	786.636,92
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	105,04		210.079,87	112,18	224.352,86
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	99,57		298.719,00	107,31	321.916,82
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		1.100.000,00	119,58		1.315.331,39	127,76	1.405.317,27
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	99,46		596.760,00	115,98	695.875,64
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.900.000,00	100,07		2.901.961,55	114,51	3.320.780,14
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	107,03		792.022,00	122,87	909.212,27
XS0801636902	NORDEA BANK AB. SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	117,30	3.847.413,82
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 5,811 9/2017		500.000,00	114,88		574.380,00	105,94	529.677,37
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017		500.000,00	102,63		513.140,91	104,36	521.823,87
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	117,19	351.577,50
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022		1.200.000,00	112,74		1.352.925,00	120,06	1.440.768,02
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	99,69		697.802,00	108,99	762.954,09
XS0997520258	CREDIT AGRICOLE S.A. LONDON 2,375 11/2020		300.000,00	107,19		321.582,00	109,05	327.156,30
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	99,56		238.955,29	105,60	253.449,79
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		80.000,00	99,51		79.608,00	105,98	84.780,16
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		2.400.000,00	99,92		2.398.176,00	104,44	2.506.458,72
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	103,51	414.058,23
XS1496344794	SANTANDER CONSUMER BANK AS 0,25 9/2019		100.000,00	99,67		99.672,00	100,28	100.278,81
	Subtotal		38.520.000,00			38.526.552,70		42.920.547,00
	Subtotal 2.2.2.		135.550.000,00			135.839.184,74		159.004.662,34
	Subtotal 2.2.	1.797.285	135.550.000,00			155.043.351,36		180.441.858,28
2.3. Derivados de negociação								
Subtotal 2.3.								
2.4. Derivados de cobertura								
Subtotal 2.4.								
Total 2			1.797.285	269.519.500,00		293.625.756,21		324.499.227,27
Total geral			1.797.285	269.519.500,00		293.625.756,21		324.499.227,27

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Anexo 2.1. (2017)

Euros

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.888.247,60	3.692.504,13	3.429.424,89	233.681,42
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho				0,00
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo e transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias transportadas				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	6.888.247,60	3.692.504,13	3.429.424,89	233.681,42

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores.

Anexo 2.2.

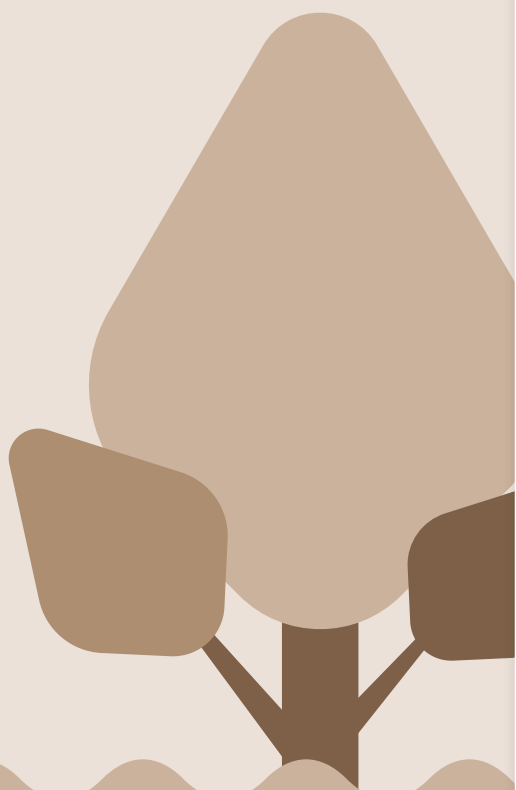
(2016)

Euros

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	8.422.064,02	4.937.144,14	3.077.412,98	(407.506,90)
Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes e doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho				0,00
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo e transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias transportadas				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência				0,00
Diversos				0,00
Total	8.422.064,02	4.937.144,14	3.077.412,98	(407.506,90)

* Sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores.





5.

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

MAPFRE aderiu aos princípios de investimento responsável das Nações Unidas

Iniciativa em colaboração com o Pacto Mundial da ONU que tem como objetivo compreender o impacto que as questões ambientais, sociais e governamentais têm sobre os investimentos e dar assessoria aos signatários para que integrem estes temas na sua tomada de decisões.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 358.450.063 euros e um total de capital próprio de 39.000.294 euros, incluindo um resultado líquido de 1.661.164 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda totaliza 317.962.458 euros e a carteira de activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas totaliza 26.649.649 euros, conforme nota 5 e nota 4, respectivamente, das notas anexas às demonstrações financeiras, representando cerca de 96% do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.</p> <p>O justo valor para maioria dos activos, que compõem a carteira de instrumentos financeiros, é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de factores como a liquidez, condições económicas e <i>spreads</i> praticados no mercado, entre outros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros. • Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras. • Teste à valorização dos instrumentos financeiros com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade. • Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda. • Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017, as Provisões Técnicas (ver nota 13 das notas anexas às demonstrações financeiras) e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento (ver nota 14 às demonstrações financeiras), representam, respectivamente, cerca de 95% e 3% do Passivo à mesma data.

O risco

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e actuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.
- Análise da movimentação para o ano findo em 31 de Dezembro de 2017 das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adoptados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado.
- Avaliação do trabalho produzido e a objectividade das conclusões obtidas pelo actuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de Março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - o Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 26 de Março de 2018

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal preparou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2017, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e propostas apresentados pela Administração da Mapfre Seguros de Vida, S. A
2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.
3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG, SROC ocorreu, antes e depois do final do ano de 2017, tendo os auditores externos dado conta da evolução e das conclusões dos trabalhos de revisão e de auditoria sobre as contas de 2017 da Mapfre Seguros de Vida, S. A., após o que emitiram a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da Mapfre Seguros de Vida, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados à KPMG e obtidos os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG, SROC ocorreu, antes e depois do final do ano de 2017, tendo os auditores externos dado conta da evolução e das conclusões dos trabalhos de revisão e de auditoria sobre as contas de 2017 da Mapfre Seguros Gerais, S. A., após o que emitiram a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases, com data de 26 de Março de 2018.
4. O Conselho Fiscal analisou os relatórios emitidos pela Actuarial, que concluem pela suficiência das Provisões Técnicas.
5. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à Companhia, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.



6. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da Mapfre Seguros de Vida, S.A. durante o exercício de 2017.

7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Art.º 420.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, abaixo identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais de 2017, a Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da Situação financeira e dos resultados da Mapfre Seguros de Vida, S.A e que o Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da Mapfre Seguros de Vida, S.A em 2017.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:

- Que o lucro líquido apurado no exercício de 2017 no valor de 1.661.163,76 Euros, seja aplicado no reforço dos capitais próprios da seguinte forma:

- 166.116,38 Euros para Reserva Legal
- 1.495.047,38 Euros por incorporação em Reservas Livres

d) Nos termos do Art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 27 de Março de 2018



Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: 707 10 20 24
mapfre.pt

Relatório e Contas 2017

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

 **MAPFRE** | SEGUROS

